

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Reitor

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS

Vice-Reitor

GILSON EDMAR GONÇALVES E SILVA

Comissão Editorial Especial

AGOSTINHO DA SILVA ROSAS

DENIS ANTÔNIO DE MENDONÇA BERNARDES

DIMAS BRASILEIRO VERAS

DJANYSE BARROS DE ARRUDA MENDONÇA

MARIA ELIETE SANTIAGO

SOLANGE COUTINHO (Presidente)

Produção

Divisão de Apoio Institucional da Pró-Reitoria de Extensão

MIRIAM VILA NOVA MAIA

Estudos Universitários, revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco | v. 24/25 | n. 5/6
p. 1 - 78 | Dez 2004/2005

P. ~ anual

De jul. 1962 até ago. 1964 foi publicada sob título Estudos Universitários, revista da Universidade do Recife.

Diretor: 1962 ~ ago. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima.

Editor: Luís Costa Lima.

Diretores 1966: Murilo Humberto Barros Guimarães e Newton Sucupira.

Editor: César Leal.

Diretores 1997: George Browne Rego e Jarbas Maciel.

Editor: César Leal.

1. Educação Superior - periódicos. 1. Título.

378.4(813.4) (05)

378.813405

CDU (2.ed)

CDD (20.ed)

UFPE

BC ~97 ~ 213

Design Gráfico

Bureau de Design da UFPE

MANUELA BRAGA / SOLANGE COUTINHO

Coordenação Geral

JOWANIA ROSAS

Impressa nas oficinas gráficas da Editora Universitária - Universidade Federal de Pernambuco -
Av. Acadêmico Hélio Ramos, 20 Cidade Universitária Recife em dezembro de 2009,
sendo Diretora da Editora Universitária Maria José de Matos Luna

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Editorial 05

Memória

DIMAS BRASILEIRO VERAS

E DJANYSE BARROS DE ARRUDA MENDONÇA

Educação popular e reforma universitária:

Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964) 11

LUIZ COSTA LIMA
Uma certa revista 23

JOMARD MUNIZ DE BRITTO
SINTOMAS & SINTONIAS
de uma GERAÇÃO REVISITADA 27

MARCIUS CORTEZ
As oligarquias culturais
e os palhaços da burguesia 31

JURACY ANDRADE
Resgate de um Trabalho Desmantelado
pelo Golpe de 1964 33

GERALDO PEREIRA
A Revista e o Patrono 35

Entrevista

Um trabalho rico de possibilidades

39 ENTREVISTA COM JARBAS MACIEL.

Estudos

JARBAS MACIEL

Musicologia:

45 Oportunidade para a Universidade Brasileira

SONIA MENDES

A concepção de Transformação Social
e de Emancipação na Extensão Universitária:

55 em Busca de Novos Rumos

MARIA ELIETE SANTIAGO

CÁTEDRA PAULO FREIRE:

reconhecimento institucional, preservação

65 da memória e espaço de produção e socialização
da Pedagogia Paulo Freire

Resenhas

Comunicação ou Extensão?

71 POR XAVIER UYTENBROEK

Golpe na Alma

75 POR MARCIUS CORTEZ

Do modernismo a bossa nova

77 POR DIMAS BRASILEIRO VERAS

Editorial

É com grande satisfação que retomamos a publicação da Revista *Estudos Universitários*. Conceituado periódico extensionista cujo surgimento remonta ao início dos anos sessenta, conjuntura na qual a crítica sociocultural mais geral se entrelaçava de forma característica à problematização das mediações socioeconômicas do Brasil da época.

Gestada no Serviço de Extensão Cultural/SEC, sob a orientação do Professor Paulo Freire e de sua equipe, como uma revista de cultura, e motivada pela tomada de consciência da pequena influência da Universidade na vida cultural do país, a *Estudos Universitários* constituiu-se numa via de formação, dialética e historicamente posicionada, na qual a cultura deveria ser entendida como natureza transformada e significada pelo homem. Seu surgimento revela o quanto o texto e o contexto são momentos indissociáveis.

Mas por que reanimar um periódico cuja origem remonta a quase cinquenta anos, em detrimento de um novo conceito, um novo formato? A resposta é simples: por pertencer à história da UFPE e pelo fato de sua concepção original manifestar compromisso com as transformações estruturais de nossa sociedade. Ressaltamos que não estamos retomando uma publicação qualquer, mas um periódico adjetivado pelo declarado pacto social que portava em sua mistura de conhecimentos, interpretações de mundo e de saberes. Fonte de ações e de atividades ideologicamente motivadas. Em Freire, pensar a cultura era conceber uma ética, uma política, um projeto de realização do ser humano. Era buscar na realidade um sentido para a ação. A leitura dos exemplares publicados no

curto espaço de tempo que demarca a passagem de sua equipe pelo SEC chama atenção para a crença no trabalho acadêmico perspectivado na construção de um mundo justo.

Nesta edição, Dimas Brasileiro e Djanyse Mendonça situam historicamente o movimento da transformação da Universidade do Recife em Universidade Federal de Pernambuco e, nele, o surgimento do Serviço de Extensão Cultural (SEC) e da revista *Estudos Universitários*. Nessa direção, os depoimentos de Luiz Costa Lima, Jomard Muniz de Britto, Marcius Cortez e Juracy Andrade, membros da primeira geração da revista, configuram uma verdadeira explosão de sentimentos atinentes à efervescência político-cultural da época e das marcas geradas pelo regime autoritário que chega ao poder em abril de 1964. Somando-se aos mesmos, o texto do Prof. Geraldo Pereira ressalta a importância da Universidade ao dispor de um veículo de comunicação (capaz de servir ao pensamento dos professores e dos pesquisadores da Casa), bem como o legado de Paulo Freire, patrono da revista. Razão e emoção tecem esses artigos, os quais se encontram publicados na sessão Memória. O leitor perceberá que não foi sugerido um gênero textual específico aos autores deste número, o que certamente colaborou com o objetivo de retomar aspectos da história da revista e da extensão universitária na UFPE. Se por um lado esta política editorial permitiu uma maior colaboração dos criadores do SEC e da Revista de Cultura da Universidade do Recife, não podemos omitir que a pluralidade de vozes e a textura híbrida conferiram uma aparência mais despojada ao tradicional periódico.

Nesta edição as sessões principais dedicam espaço a memórias, a entrevistas, a resenhas e à apresentação de estudos atinentes à contemporaneidade da extensão. A ideia do conselho editorial é que a revista tenha periodicidade semestral e que incorpore novas sessões, a exemplo de cartas, opinião, comunicação. Importa também ressaltar a consideração ao exercício do pluralismo, posto que pertença à própria vida acadêmica e constitua uma exigência do processo de formação, realizado no debate entre diferentes correntes de pensamento e de ação, com direção social. Portanto, poderemos aguardar edições subsequentes com temas transversais e de interesse da Universidade e da Extensão Universitária.

“Um trabalho rico de possibilidades” intitula a entrevista concedida por Jarbas Maciel, a qual narra aspectos culturais do Recife e as vivências da vida universitária. Visando articular o exercício mnemônico com a materialidade da documentação histórica publicamos, na sessão Estudos, o texto *Musicologia: Oportunidade para Universidade Brasileira*, de autoria do mesmo autor, originalmente publicado na primeira edição da *Estudos Universitários* (1962). A ideia de reproduzi-lo encontra sentido no desejo de dar

a conhecer a estrutura e a qualidade da produção acadêmica de então. *A concepção de transformação social e de emancipação na extensão universitária*, de autoria de Sonia Mendes, é o segundo artigo desta sessão. A autora problematiza neste ensaio a atualidade da política extensionista à luz do Plano Nacional de Extensão, com o intento de publicizar o que vem se discutindo no campo dessa importante dimensão da formação universitária. Na seqüência, o texto *CÁTEDRA PAULO FREIRE: reconhecimento institucional, preservação da memória e espaço de produção e socialização da Pedagogia Paulo Freire*, tece as razões para a criação e as grandes linhas de organização e funcionamento desse respeitável lugar. Fazendo uso das palavras da própria autora, Prof. Eliete Santiago, “a Cátedra é uma distinção; um reconhecimento público, coletivo e institucional a alguém que prestou relevante contribuição social e que se espera, através dela e com ela, que sejam disseminadas idéias e práticas que contribuam para a preservação da memória ativa”.

A sessão Resenhas ganha corpo com “Extensão ou comunicação?”¹, “Do modernismo à bossa nova”² e “Golpe na Alma”³, generosas contribuições de Xavier Uytendbroek, Marcius Cortez e Dimas Brasileiro, respectivamente.

À guisa de conclusão, vale dizer que a materialização do projeto de retomada de uma revista de extensão ocorre sob muitas expectativas. Sem sombra de dúvida, a principal delas é a da contribuição à consolidação de uma cultura extensionista pautada pela realidade social e articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa. Há uma preocupação inerente com a recuperação das memórias e da história da UFPE, saberes que podem e devem ser operados na construção de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. A edição deste número só foi possível graças à contribuição de muitas pessoas. Agradecimentos especiais ao Reitor Amaro Lins, aos autores dos textos que diligentemente atenderam ao nosso convite, em especial aos antigos membros da “equipe do professor Paulo Freire”, sobretudo ao Prof. Jomard Muniz de Brito, aos membros das equipes da Divisão de Apoio Institucional/DAI e do Bureau de Design (da PROEXT) e a Dimas Brasileiro pela disponibilização de informações e materiais referentes à pesquisa que vem desenvolvendo sobre a revista *Estudos Universitários* e sobre os seus criadores, mas, principalmente, por toda sua atenção e solicitude. Boa leitura.

Solange Coutinho

Pró-Reitora de Extensão da UFPE

¹ Escrito por Paulo Freire e publicado no Brasil em 1971 pela editora Paz e Terra.

² Escrito por Jomard Muniz de Brito e publicado em 1966 pela editora Civilização Brasileira e republicado este ano pelo Atelier Editorial.

³ Escrito por Marcius Cortez e publicado em 2008 pela Pé de Chinelo Editorial.

MEMÓRIA

Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964)

Dimas Brasileiro¹
Djanyse Mendonça²

11

Estudos Universitários

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. Paulo Freire.

Revisitar a origem da Extensão na Universidade Federal de Pernambuco/UFPE trouxe à tona as principais tensões e contradições do quadro político-cultural que a determinou; atualizou o ambiente de “batalha das idéias”³ no qual se inseria a universidade (ainda Universidade do Recife) e no qual surgiu a Revista Estudos Universitários, importante iniciativa do professor Paulo Freire e equipe

quando de sua passagem pelo nascente Serviço de Extensão Cultural/SEC.

De imediato, o esforço de tratar do passado no presente remeteu à reflexão sobre tempo e história. Santo Agostinho e o seu *Confissões* vieram à mente: “O presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras”⁴. Nessa direção, duas importantes categorias analíticas

¹ Historiador e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

Endereço eletrônico: dimasveras@hotmail.com

² Assistente Social da UFPE e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma universidade. Endereço eletrônico: dbmendonca@uol.com.br

³ Expressão italiana utilizada por Leandro Konder em seu livro *O Marxismo Na Batalha Das Idéias*. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

⁴ Agostinho, S. *Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. 18ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

se fizeram indispensáveis: historicidade e totalidade social, frente à preocupação em considerar o movimento das determinações e mediações na conjuntura ideopolítica de então.

As informações que seguem conferem materialidade a esse esforço. Recuperam o empenho do movimento estudantil (há mais de meio século) na luta por transformações histórico-societárias de larga envergadura, sobretudo por uma universidade mais democrática e comprometida socialmente. Atualiza o ‘espírito’ movente da primeira geração do SEC cujas ações exalavam esperança nas coisas futuras. Certamente, uma concepção positivista poderia concluir que tal ‘espírito’ pertenceu a um determinado tempo histórico, como se o tempo pudesse apenas ser definido pelo que foi e a história ser entendida como sucessão linear de fatos. Tenderia, também, a afirmar que a política não está associada à história, posto que a história não seja movimento, mudança, instabilidade, contingência. Mas esta não é a linha teórico-metodológica que costura os elementos sócio-históricos pesquisados. Vamos a eles.

A luta pela reforma universitária na América Latina teve suas primeiras manifestações no início do século XX. Inicialmente pautada na insatisfação estudantil quanto aos instrumentos e métodos defasados do ensino supe-

rior, bem como no seu aspecto social restrito e aristocrático, as reivindicações ganharam gradativo apoio dos professores mais preocupados com a construção e desenvolvimento de espaços especializados de pesquisa nas unidades de ensino. No Brasil, a criação da Universidade de São Paulo, da União Nacional dos Estudantes e do Estatuto das Universidades Brasileiras, nos anos 1930, contribuiu para consolidação do debate da reforma universitária. Os ares de mudança ganharam impulso com a queda do Estado Novo e se mantiveram em circulação até o advento do Regime Militar de 1964. A partir daí os militares passariam a conduzir em molde autoritário aspectos da reforma do ensino superior exigida pela sociedade civil em anos anteriores. Como bem afirma e analisa Paulo Rosas, as mudanças propostas pelos militares estavam alicerçadas em medidas que visavam garantir a manutenção do Estado ditatorial:

“Proteção e fortalecimento do golpe; formação de um quadro de profissionais competentes e aliados ou ‘neutros’; desarticulação e criação de obstáculos à rearticulação ou renovação do antigo quadro de profissionais competentes, mas que se opunha às práticas discricionárias da ditadura;” (1992: 61)

Apesar das reivindicações por reformas da tradicional Escola de Ciências Sociais e Jurídicas de Olinda-Recife (atual Faculdade de Direito do Recife) serem ain-

da do século XIX, estas se perpetuaram por toda primeira metade do século XX, alcançando uma maior expressão política e social na cidade nos anos 1950. Não seria nenhum exagero afirmar que durante muito tempo a Faculdade de Direito do Recife (FDR) funcionou como a Universidade do Norte agrário do país, onde, segundo as palavras de um distinto sociólogo brasileiro, “cursava a FDR estudantes de todas as áreas: Literatura, Filosofia, Ciências Sociais e Belas Artes. Havia até alguns que faziam Direito”⁵. Isto dava uma particular efervescência ao Recife, um jovial burburinho dos estudantes que para a cidade rumavam sedentos de vida e dos emblemas de distinção das escolas superiores. Foi na FDR (na época já integrada à Universidade do Recife) e na nascente Universidade Rural de Pernambuco que em maio de 1961 estourou uma greve estudantil com repercussões nunca antes vistas no Brasil. Os estudantes insa-

tisfeitos com a precariedade das Instituições de Ensino Superior (IES) já haviam ensaiado várias sedições estudantis na Escola de Engenharia de Pernambuco,

⁵ Trecho de uma conversa sobre a Faculdade de Direito do Recife com Heraldo Souto Maior, professor e pesquisador da UFPE e ex-aluno da FDR.

com destaque para a greve de 1958, revolta que foi habilmente contornada pela intervenção do presidente Juscelino Kubitschek (RAMALHO, 1994). Embora o movimento de 1961 tenha se iniciado por desavenças dos estudantes com seus respectivos diretores⁶, ao ganhar adesão das demais escolas e faculdades do país, a greve passou a representar uma série de questões e reivindicações nacionais por reformas das estruturas basilares do Estado brasileiro. Sendo importante ressaltar que a despeito do movimento estudantil estar envolvido no debate maior das reformas de base, sua atuação específica como categoria política se voltava, sobretudo, para a reforma universitária, a qual previa o fim do regime de cátedra e da *magistral persona* do professor catedrático; a dedicação integral dos professores e técnicos da universidade; a participação dos estudantes na gestão universitária; e, principalmente, a defesa da educação pública e ampliação dos recursos destinados a mesma.

As reformas de base representavam o piso comum, não de todo coeso, de reivindicações dos setores progressistas nacionais. O viés reformista era tido como o caminho para a *pré-revolução brasileira*⁷ e desdobrava nas seguintes questões: a *reforma eleitoral*, estendendo os direi-

tos de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente; a *reforma tributária*, tornando a cobrança de impostos proporcional à renda e bens do contribuinte; a *reforma agrária*, democratizando a terra e seu uso, mas também combatendo a improdutividade e o latifúndio; a *reforma bancária*, subordinando os bancos privados ao Banco do Brasil e nacionalizando-os quando possível; e, finalmente, a já citada *reforma universitária*, modernizando o ensino, democratizando sua frequência e investindo a educação superior de uma orientação pedagógica popular. O conteúdo programático das reformas de base estava embebido na ideologia nacional-desenvolvimentista daqueles anos, programa político este, que foi institucionalizado com a criação em 1955 do Instituto Superior de Estudos Brasileiro, o Iseb. A Escola Superior de Guerra (ESG) – a Sorbonne brasileira, tal como era conhecida – representava o viés mais conservador e autoritário da ideologia nacional desenvolvimentista. Foi na ESG que foi traçado o arcabouço da Doutrina de Segurança Nacional, projeto político totalitarista que traçou as diretrizes do golpe de 1964⁸. Construídas a partir de debates, conferências e reuniões acadêmicas, as pesquisas realizadas pelo Iseb se voltavam prioritariamente para análise

política e social da realidade brasileira, seguindo uma linha macroanalítica e globalizante de interpretação. Seus intelectuais acreditavam estar redescobrimo a realidade brasileira, cuja problematização permitiria extrair as metas para o desenvolvimento nacional. Num ensaio publicado na “sinistra passagem de março ao 1º de abril” de 1964, Jomard Muniz de Brito, professor da UR que acompanhou Paulo Freire em Brasília no Plano Nacional de Alfabetização, analisa as contribuições do Iseb aos movimentos sociais dos anos 60:

“O que era ‘projetado’ pelos intelectuais do ISEB adquiria caráter pragmático e cunho de aplicabilidade através dos ‘movimentos de cultura popular’. (...) Enquanto o ISEB lançava o problema da alienação cultural e projetava uma ‘ideologia para o desenvolvimento nacional, os MCPs introduziam, de modo concreto, o problema da democratização da cultura. Diálogo entre a cultura dos intelec-

⁶ No caso da FDR, a palestra com Célia Guevara (mãe de Che Guevara) terminou acentuando a tensão.

⁷ Tal como Celso Furtado esboçara, em 1962 num artigo com este mesmo nome no primeiro número da revista produzida pelo Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife: a *Estudos Universitários*. Vamireh Chacon escreveria neste mesmo periódico um artigo com o mesmo tema (*Rumos da Renovação Brasileiro*), tema este que se faria sempre presente nos números subsequentes da *Estudos Universitários* em artigos e estudos de Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Pierre Fuerter, Paulo Freire, Gadiel Perruci, Nelson Nogueira Saldanha, Jarbas Maciel, Jomard Muniz, Aurenice Cardoso, Paulo Gaspar e Leandro Konder.

⁸ Sobre a Doutrina de Segurança Nacional consultar Diogo Cunha. *Estado de Exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do Padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto*. Recife: autor e Ed. Universitária da UFPE, 2008.

tuais e as atividades e as realizações do povo. Diálogo e comunicação verdadeiros: não uma atitude paternalista ou assistencialista, simplesmente 'doadora' de algo, conforme o Prof. Paulo Freire, em artigo para 'Estudos Universitários', nº 4." (BRITTO, 1964: 102-103)

Em ensaio mais recente sobre a educação superior no Brasil Luiz Antônio Cunha analisa a trajetória da universidade brasileira, mostrando as contradições que envolviam o seu desenvolvimento nos anos da república populista (CUNHA, 2007). Pressionadas pelos embates do nacional-desenvolvimentismo, as escolas superiores se viram tragadas pelos embates políticos sociais de sua época. As reivindicações estudantis no Recife ganharam uma recente leitura de Ana Maria César (ainda que demasiadamente saudosa e mitológica), que se debruçando no caso da já citada greve de maio de 1961 fornece importantes pistas para uma história de nossa universidade e de seus agentes: visitantes, estudantes, professores e técnicos (CÉSAR, 2009). Ambos os autores permitem constatar que, diretamente ou não, a pauta da reforma universitária foi a prin-

cipal contribuição do movimento do alunado às lutas sociais pelo desenvolvimento nacional. Atualizar a universidade com a realidade brasileira se inseria num quadro maior de luta política justamente porque as reformas não passavam apenas pela modernização das escolas e currículos. Nem mesmo se restringia à ampliação da atividade científica através da pesquisa, como faziam os militares. O cerne das reivindicações estava no papel social da universidade e de sua possível democratização. Na Universidade do Recife, as pesquisas orientadas por Paulo Freire sintetizaram no campo da práxis os apelos para necessidade de se repensar o sistema educacional brasileiro. O fim da greve de maio de 1961

Reforma que atingisse a própria organização e o próprio trabalho educacional em outras instituições ultrapassando os limites mesmos das estritamente pedagógicas. Necessitávamos de uma educação para decisão, para a responsabilidade social e política. (FREIRE:2007, 96).

assistiu à vinda dos inspetores do Conselho Federal de Educação (CFE) e ao posterior afastamento dos diretores das duas escolas onde havia começado o conflito. O relatório final da comissão, composta por inspetores e professores da casa, concluiu ser urgente a modernização (nestes anos se falava muito em moralização) das escolas aglutinadas sobre o emblema da Universidade do Recife e da Universidade Rural. Os respectivos reitores

se dispuseram a levar em consideração as recomendações do CFE.

Desde que Paulo Freire disputara e perdera a Cátedra de Filosofia e História da Educação, na Escola de Belas Artes, para Maria do Carmo Tavares de Miranda, o reitor João Alfredo da UR já vinha planejando uma alocação que garantisse autonomia às pesquisas que aquele vinha desenvolvendo no âmbito da Educação Popular. O reitor chegou a propor que a Cátedra fosse dividida em Filosofia da Educação e História Educação, proposta que Freire recusou imediatamente, demonstrado sua postura ética sempre ressaltada pelos amigos mais íntimos. Ao que parece, as reivindicações

estudantis e os imperativos do CFE contribuíram com a nova alocação de Freire. Ainda no ano de 1961, o reitor, juntamente a Paulo Freire e a alguns intelectuais progressistas da cidade, redigiu um esboço do que viria a ser o projeto do *Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife* (SEC/UR), protoforma do que vem a ser hoje a Pró-Reitoria de Extensão. Assim começava a se consolidar a primeira experiência de ex-

tensão universitária no Brasil⁹. Anos mais tarde, comentando o episódio da perda da cátedra com Paulo Rosas, Freire avaliaria a experiência com a afirmativa: “Perdi a Cátedra e ganhei a vida” (ROSAS, 2003: 63).

O SEC foi institucionalmente criado via portaria nº 2, no dia 8 de fevereiro de 1962. A extensão cultural emergia alicerçada no projeto de modernização da universidade. O planejamento para o desenvolvimento fazia parte desta inserção intelectual na cultura política da época e foi neste clima que foi criada alguns anos antes a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste: a Sudene. O Recife contou com a fortuna de abrigar sua sede e seu ilustre diretor: Celso Furtado. Francisco de Oliveira que foi seu assessor direto rememora a presença do ilustre economista na cidade:

“Havia sido estudante no Recife vindo da Paraíba, e do Recife se foi para frequentar a Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Seguiu os conselhos do pai de que no Recife nada de importante voltaria a acontecer. Celso desmentiu essas previsões, pois o Recife da Sudene foi provavelmente o lugar central do conflito de classes no Brasil do final dos 1950 e toda década de 1960;” (2008: 65)

A presença da Sudene acentuou de certa forma esta efervescên-

cia sócio-cultural regional intensificando sua transformação e articulação dos movimentos sociais. Da Sudene se beneficiou o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB), as Ligas Camponesas, o Instituto Joaquim Nabuco e a Universidade do Recife. A instituição chegou a reunir nos anos que antecederam à ditadura um corpo técnico de mais de 3.000 funcionários, que foram escolhidos através de cursos de formação e concursos públicos. Os adeptos das práticas clientelísticas viram seus pajens impulsionados pela primeira vez a enfrentar uma seleção pública *antipatrimonialista, antipatriarcalista e anticordial* (idem: 66). A crescente demanda científica impulsionou a pesquisa social no Estado, dinamizando as instituições voltadas para essas finalidades específicas e ampliando

as oportunidades para técnicos e pesquisadores das ciências

humanas e da terra. Seguindo este ritmo, os que faziam os setores de luta da Universidade do Recife fortaleceram a convicção de que tornar o ensino superior sofisticado e adequado às expectativas sociais da época demandava uma ampla reforma do corpo físico e do quadro profissional das escolas que compunham a universidade, direcionando-as para os problemas nacionais via o desenvolvimento regional. Neste sentido, o SEC nasce sob o signo dos seguintes objetivos¹⁰:

- a) Promover a difusão cultural, levando a Universidade a agir junto ao povo, através dos meios de divulgação a seu alcance;
- b) Contribuir, por meio de publicações, cursos, palestras, informes de interesse científicos e outras realizações culturais para o desenvolvimento da cultura e das mentalidades regionais;
- c) Realizar, na Universidade e fora dela, cursos de extensão e seminários visando, sobretudo, ao estudo da realidade e cultura brasileira e dos problemas da região;
- d) Procurar divulgar amplamente os trabalhos e as realizações da Universidade do Recife, proporcionando um maior conhecimento de sua natureza e de seus objetivos

⁹ A extensão universitária começou a ser experimentada na América Latina em 1918 na Argentina, Universidade de Córdoba, pautada na consolidação e integração da cultura universitária com os problemas maiores do país e seus cidadãos. Apesar de nos anos 1930 o Estatuto da Universidade Brasileira fazer referência a extensão, esta, sobretudo normativa e doutrinadora, apenas nos anos 1960 se teria um primeiro movimento tentando consolidar as atividades propriamente extensivas. Este primeiro e curto ensaio foi fruto do amplo debate proposto pelos movimentos sociais em torno da educação popular e da educação de adultos, habilmente incorporado a universidade pelo hoje tão esquecido reitor João Alfredo e posto sob a liderança de Paulo Freire e sua equipe.

¹⁰ Conferir no *Boletim do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife*, nº 1. Recife, mar/abr de 1962

Por estar diretamente subordinado à Reitoria, o SEC gozava de uma autonomia de produção e expressão semelhante às Escolas, às Faculdades, aos Institutos e às Cátedras universitárias, despertado ciúmes e queixas que se alastraram da comunidade acadêmica aos defensores de uma cultura brasileira mais conservadora. Sem dúvidas, a alteração ganha uma maior intensidade quando Gilberto Freyre passa a publicar nos jornais da cidade críticas severas ao reitor João Alfredo e aos jovens professores integrados no SEC. Para o distinto sociólogo, o reitor havia permitido que “comunistas” ou “para-comunistas” tomassem a Rádio Universidade, os projetos de alfabetização de jovens e adultos e o periódico de cultura da UR, a Estudos Universitários. Foi amalgamando extensão e comunismo sob o mesmo signo que os militares e seus cúmplices tentaram despir a universidade de seu papel político e social.

A criação da Revista Estudos Universitários e da Rádio Universidade foram iniciativas de Paulo Freire quando estava à frente do SEC. Com caráter marcadamente interdisciplinar, a revista surgiu como instrumento de comunicação e extensão que se prestava a publicizar um entendimento contra-hegemônico, isto é, um ponto de vista não idealista, cômodo e conformista da cultura brasileira. Conforme

afirma o Prof. Luiz Costa Lima (secretário executivo da revista), nos termos da apresentação da primeira edição (julho a setembro de 1962)¹¹

“Os que orientarão Estudos Universitários pensam diferente. Para eles, a cultura implica previamente em um ato de coragem, em uma busca de aproximação com a realidade, sendo, em suma, a resultante da aceitação pelo homem dos desafios que lhe endereça a existência carregada dos problemas próprios à área particular, em que lhe dado viver (...).

A uma concepção idealista, cômoda e conformista de cultura propõem uma concepção realista: a cultura como aventura de risco e não expressão de isolamento, como a anti-fuga, como nomeação de uma vida em que se está inserto. Isto os leva a saber que uma busca cultural só alcança êxito ao haver conseguido potenciar a visualização do homem. Daí então defenderem, praticamente, que só através de uma preocupação ativa com a atualidade brasileira teremos condições de formular um pensamento adequadamente brasileiro: pensamento de quem passando a saber visualizar sua circunstância passe a saber transpô-la criadoramente.”¹²

A Rádio Universidade era dirigida por José Laurenio, antigo membro do coletivo de artes gráficas da cidade, conhecido como o *Gráfico Amador* (TEIXEIRA, 2007). Tendo trabalhado em anos anteriores na BBC de Londres, Laurenio dedicou sua juventude a inovação cultural

da cidade participando do Teatro de Estudantes de Pernambuco e do Gráfico Amador. Não há registro público de seu envolvimento com o Partido Comunis-

ta. A irritação profunda do criador de “Casa Grande & Senzala” se deu em parte devido à abertura dada para que o Movimento de Cultura Popular colocasse no ar um programa radiofônico de Cultura Popular e alfabetização. Sobre esse canal de diálogo entre o SEC e o MCP escreveria

¹¹ Fragmentos da apresentação escrita pelo Prof. Luiz Costa Lima, na primeira edição da Estudos Universitários. Revista de Cultura da Universidade do Recife. Julho-Setembro 1962. Páginas 5 e 6, respectivamente.

¹² Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife. Volume 1., Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, jul-set. 1962: 5-6.

um professore visitante, Pierre Furter, que integrava o SEC: “No nível de educação de base, o SEC sustenta, com o auxílio de uma rádio emissora, o movimento de cultura popular que procura penetrar na – terra de ninguém – dos subúrbios do Recife” (Pierre Furter - Jornal do Comércio, 18 de novembro de 1962, 2º Caderno, capa).

Numa roda de diálogo, organizada pelo Prof. Paulo Rosas sobre o tema da passagem dos anos 50 para os 60 (principalmente sobre os anos que antecederam ao golpe de Estado de 1964), da qual participaram alguns membros da primeira geração do SEC¹³, Almeri Bezerra¹⁴ relata

“Paulo (Freire) não era de briga, mas, em quantas brigas se viu empurrado. Quando se engajou no Movimento de Cultura Popular e depois assumiu a Secretaria Executiva do Serviço de Extensão Universitária (SEC) que ele mesmo criou, as ocasiões não faltaram porque foi aí que começou a se esboçar o que seria logo mais a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos (...).

Como a experiência só tinha sucesso porque partia da tomada de consciência que os alfabetizados faziam da sua situação de oprimidos, em uma sociedade onde eles eram excluídos até do direito de votar, as classes dominantes logo perceberam o risco (...) com milhões de recém-alfabetizados, munidos de um título de eleitor, e virando legalmente a mesa, ou seja, votando à esquerda! Pode?

Não pode! foi o que me disse, afável e cortês, o Coronel Governador do Ceará, a quem fui candidamente explicar o que estava tentando fazer em Fortaleza: explicar “o método Paulo Freire” a um grupo de universitários que queriam iniciar uma campanha de alfabetização de adultos. “Não pode!” me disse o Governador. E me explicou: “aqui no Ceará

nós tivemos muito trabalho para estabelecer um equilíbrio de forças que eu não permitirei ver posto em risco por quem quer que seja” (...).

“Foi preciso o golpe militar para que a classe dominante tirasse de cena os que ameaçavam as “regras preestabelecidas” e organizasse ela mesma as condições em que a inclusão dos analfabetos pudesse ser feita não apenas sem risco, mas, sobretudo com vantagens. A manipulação das massas analfabetas não precisava mais do insuportável e oneroso cabresto. O controle dos meios de comunicação de massa - rádio e televisão - em vertiginosa expansão, garantiria a inclusão dos analfabetos com direito a voto, dentro da ordem estabelecida”.

¹³ O registro desse diálogo pode ser acessado na página do Centro Paulo Freire de Estudos e Pesquisas. Seção Abrindo os Arquivos.

¹⁴ Almeri Bezerra foi professor contemporâneo de Paulo Freire quando lecionava na Escola de Serviço Social de Pernambuco e, posteriormente, no Serviço de Extensão Cultural/Universidade do Recife.

Os projetos de educação popular representavam a principal preocupação de Freire enquanto dirigia o SEC. Por educação popular se entendia a construção coletiva de um exercício educacional conscientizador que possibilitasse ao educando se deslocar da *consciência intransitiva* para a *transitiva ingênua*, que, trabalhada em novas etapas do sistema educativo, poderia se tornar *consciência crítica*, revolucionária e transformadora do educando e de sua realidade (FREIRE, 2007)¹⁵. Os professores e técnicos engajados na formação dos alfabetizadores no sistema Paulo Freire de Educação eram, em sua maioria, jovens professores e militantes da Ação Católica (sobretudo da Juventude Universitária Católica), braço progressista da igreja que disputava democraticamente com o Partido Comunista as bases políticas estudantis e populares¹⁶. A forte oposição de Gilberto Freyre ao Reitor João Alfredo e ao serviço de extensão mostraram que este cometera mais do que um ledor engano quanto às filiações políticas de seus adversários quando os denunciou aos militares. Freyre escolhera os seus meios para manutenção de sua posição despótica no *campo intelectual e político* da cidade. O caso da *revista de cultura da UR* nos explica melhor esta sen-

tença. Desde o ano 1962 que a atuação de Luiz Costa Lima, secretário da revista, vinha incomodando alguns defensores da *pernambucanidade* e dos *nordestinados*. O Diário de Pernambuco da época traz alguns destes embates entre Costa Lima e os defensores da região e de sua estética¹⁷. O diálogo com os concretistas paulistas e de outros intelectuais de outras regiões do país despertou a fúria dos regionalistas, principalmente quando foi publicado na *Estudos Universitários* artigos de Décio Pignatari, Haroldo e Augusto de Campos. Nossos beletrados acreditavam que a *Estudos Universitários* deveria ser veículo de publicação exclusiva da cidade, sobretudo, da Universidade do Recife e do Instituto Joaquim Nabuco. O jovem professor de Literatura Brasileira não se acanhou diante das críticas feitas à linha editorial que vinha imprimindo, respondendo com exaltação às queixas públicas¹⁸. Artigos em defesa ou contra a *Estudos Universitários* foram publicados ao longo de todo final do ano de 1963¹⁹. Estava aberto o que popularmente começou a se chamar “a crise da revista da universidade”²⁰. Há de se lembrar que se tratava de um embate de duas concepções de cultura-política antagônicas disputando a legitimidade de

produção, no entanto o bairrismo não era nenhuma novidade na província. O próprio Celso Furtado havia sido vítima algumas vezes das hostilidade dos intelectuais regionais como narra Francisco de Oliveira:

Certa elite do Recife que gravitava em torno do mestre de Apipucos, os literatos e subs que abundavam na província que tinha fama de produzir grandes nomes da literatura brasileira (...) tentou desmoralizar Celso Furtado no terreno intelectual sem sucesso. Uma vez, convidaram-no para uma das tertúlias em que esbanjavam cultura literária. Esperavam apenas um economista, que se mostraria em oposição desconfortável naquele ambiente. Ficaram de queixo caído quando Celso recitou de cor clássicos da literatura portuguesa e espanhola. Creio que, depois,

¹⁵ Os integrantes do SEC estavam preocupados em construir e sistematizar um segunda etapa do Sistema Paulo Freire, preocupação esta que aparece sintetizada nos artigos de Paulo Gaspar *Uma sugestão para a segunda etapa do Sistema Paulo Freire* e de Jarbas Maciel *A fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire* ambos publicados na revista *Estudos Universitários* nº 5 e 4 respectivamente.

¹⁶ A partir de 1961 a JUC passaria a ter posição majoritária na União Nacional dos Estudantes, quebrando com a predominância nos anos 1950 de militantes do Partido Comunista e da União Democrática Nacional (UDN). Pouco antes do golpe militar alguns membros da JUC aliados com outros grupos de esquerda da época fundaram uma nova frente de atuação política chamada Ação Popular. Assim angariavam definitivamente sua autonomia de produção e ação nesta dinâmica de laicização do grupo político e seus significados.

¹⁷ Conferir a coluna Diário literário do Diário de Pernambuco entre julho e agosto de 1962.

¹⁸ Conferir no *Jornal do Comércio/JC* de 27 de outubro de 1963, p. 02; *JC* de 1 de novembro de 1963, p. 02; *JC* de 12 de novembro de 1963.

¹⁹ *JC* - 29 de junho de 1963/ 7 de julho de 1963/ 18 de novembro de 1963/ 8 de dezembro de 1962/ 13 de dezembro de 1963, última página.

²⁰ *JC* - 13 de dezembro de 1963, última página

não insistiram no uso da arapuca da qual o passarinho escapou. (2008: 76).²¹

O jovem Costa Lima ainda não possuía a astúcia e a posição de autoridade política e intelectual esbanjada pelo célebre economista (o que não poderia ser afirmado atualmente diante de sua distinta posição como um dos maiores críticos da cultura e da literatura brasileira), experiência e distinção que talvez ajudassem a contornar o caso. Cedendo a novas provocações, se viu mergulhado em novas contendas que agravariam o problema, resultando no seu afastamento da secretaria da Estudos Universitários no final do ano de 1963. O artigo publicado por Gadiel Perruci alguns dias antes da demissão do jovem secretário nos permitte sentir o tom que permeou os embates em torno da *revista de cultura da UR*²²:

O público nordestino e brasileiro não terá o que rezear dos ataques e das pressões que porventura se lancem contra a revista,

pois ataques e pressões só poderão vir de grupos e indivíduos que tradicionalmente conspiraram contra o desenvolvimento da região, quer se 'elitizando', quer fugindo à realidade, quer negando ao povo a participação na cultura, quer anestesiando-o com conceitos e ensinamentos distorcidos e que apenas visavam beneficiar a uma classe economicamente forte que detém o poder. Professores e intelectuais verdadeiramente antipopulares no sentido de que interpretam ou se voltam para uma realidade falsificada e artificialmente pré-fabricada²³

O cenário de disjuntivas revelava o horizonte de tensão social que tendia a se ampliar. Insaciável, Freyre passa a publicar semanalmente artigos “pedindo a

cabeça” do reitor João Alfredo e a extinção do Serviço de Extensão Cultural: “Não se pretende que lhe sejam cassados direitos políticos; nem que sua magnificência seja detida, mesmo em sua casa; e sim convidado – apenas isto – a afastar-se do cargo que continua a ocupar”²⁴. Em “ensaio de psicanálise selvagem”, o auto-analisando, Jomard Muniz, oferece alguns indícios para compreender como os jovens intelectuais participantes do Sistema Paulo Freire de Educação refletem hoje os embates e reverses do passado:

“Acontece que, perna bucanamente, acompanhamos – antes, durante e depois do golpe militar de 1964 -, em artigos nos principais jornais da província do Recife, sua escrita furiosa contra todo os inevitáveis ou (im)possíveis subversivos que rondavam pelas Universidades em torno e bem dentro do Sistema Paulo Freire de Educação de Adultos.

²¹ Oliveira ainda conta outro caso extremamente curioso sobre as provocações de Freyre e que vale a pena conferir: Gilberto Freyre, que foi o representante do Ministério da Educação e Cultura no Conselho da Sudene durante a gestão Furtado, na mesma época da tentativa de destitui-lo alegou que não recebia havia meses o jeton que se pagava aos conselheiros. Uma remuneração simbólica, pois os conselheiros tinham suas viagens e hospedagens pagas pelas instituições que representavam, e o celebre intelectual morava no Recife. Sabe-se, aliás, que o mestre de Apipucos era um conhecido “mão de vaca”. Tendo-lhe sido mostrados os recibos com sua assinatura, Gilberto disse não a reconhecer. Se havia má-fé e intenção de desestabilizar Furtado, incluindo-o no rol dos que eram acusados de corrupção no governo Jango, o renomado sociólogo não contava com o desassombro de Furtado. Em vez de procurar ajeitar-se com Gilberto, na tradição brasileira de compadrio, encomendou ao Instituto de Criminalística da Polícia de São Paulo investigação sobre os recibos assinados, confrontando-o com outra assinatura de Gilberto Freyre que este reconhecia como autêntica. O laudo foi taxativo: todas as assinaturas firmadas pela mesma mão. Apresentados os resultados a Freyre, este simplesmente se calou e nunca mais voltou a falar no assunto. Furtado, elegantemente, arquivou o processo. (2008:75)

²² O mesmo Perruci que outrora elogiara o Freyre inovador das ciências sociais e humanas passava a criticar severamente o Freyre político e futuro ideólogo da ditadura

²³ JC – 8 de novembro de 1963 – 2º caderno – capa

²⁴ Mario Cesar Carvalho “Céu & inferno de Gilberto Freyre”, Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 12/03/2000; Fonte: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/patricia/freyreceuinferno.html>. Acesso em 18 de outubro de 2009. Ver também Túlio Velho Barreto “O político Freyre, um claro enigma”, Jornal do Comércio 18/07/2007; Fonte: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorn.ms.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=377&textCode=9063&date=currentDate>; Acesso em 18 de outubro de 2009.

Seu apoio irrestrito, inflamado, incondicional ao golpe nos causava talvez um misto quente de raiva e repugnância, para fazer uso de um advérbio tão seu – talvez – e dois adjetivos dos mais serenos e aliterativos em R, pela distância memorial que nos separa de tais absurdos e brutais acontecimentos.” (BRITTO, 2002: 224 – grifos do autor)

Qual seriam as palavras de rememoração do reitor João Alfredo? Como conceberia seu afastamento ainda em 1964? Estas são perguntas para o qual ainda não temos respostas. O que se sabe é que, após o seu afastamento, foi empossado o professor da Faculdade de Direito do Recife, o reitor Murilo Magalhães (homenageado este ano de 2009 por sua atuação inovadora e conciliadora em anos tão difíceis). Sua primeira ação como reitor foi atravessar a rua que separa a FDR e a sede do 4º exército para visitar os professores que se encontravam encarcerados. Do outro lado do rio Capibaribe, na casa de detenção (prisão em modelo panóptico depois transformada em Casa da Cultura), Jomard Muniz ensinava francês ao comunista

histórico, Gregório Bezerra, que era seu companheiro de cela.

A grande maioria dos integrantes do SEC terminou no xadrez e muitos impelidos para o exílio. Da prisão nem mesmo escapou o jovem estudante de sociologia Marcius Cortez, que com apenas 17 anos já integrava o SEC (CORTEZ, 2008). Toda atividade de pesquisa produzida pelos membros do Serviço foi recolhida e destruída. Modo totalitário e violento de produzir esquecimento e dispersão. Contra o silêncio das fontes documentais aniquiladas a memória tem sido uma importante aliada dos pesquisadores. O recente esforço de Marcius Cortez em narrar às memórias do servi-

nir os fragmentos mnemônicos que resistiram as investidas dos militares e a toda produção de esquecimento. As fogueiras da memória não pouparam nada, nem mesmo os 12 quadros pintados por Francisco Brenand para ilustrar as situações existenciais fundamentais na apreensão do conceito antropológico de cultura (COELHO, 2004: 222). Almeri Bezerra, que na época era padre e havia sido coordenador da Juventude Universitária Católica do Recife, acompanhou de perto o sofrimento de Paulo Freire. O jovem padre fora escolhido por Freire para vice-diretoria do SEC, assumindo a liderança do Serviço na ausência do primeiro. Sobre o impacto do golpe recorda:²⁵

“Entre muitos outros, Paulo foi tirado de cena. Levaram-no não sei para onde. Contou-me que quase morre do coração em La Paz. Não agüentou a altitude. Desceu a Cordilheira e foi para Santiago do Chile, onde o encontraria, (a ele e Elza e a menina), trabalhando em um programa de alfabetização de adultos, no Instituto de Reforma Agrária que presidia Jacques Chonchol. Saíra do topo da Cordilheira, mas dela não se livrara. Em cima faltara-lhe o ar; em baixo, quando menos esperava, sentiu que lhe faltava o chão sob os pés. “Meu amigo, acho que tudo pode me faltar na vida; daria um jeito. Mas o chão, isso não! Quero sair dessa terra”.

ço de extensão da UR no livro “Golpe na Alma” (*idem*) já nasce consagrado justamente por reu-

Não demorou a chegar a vez de Almeri Bezerra deixar o país:

²⁵ A entrevista completa do Prof. Almeri encontra-se na página do Centro Paulo Freire de Estudos e Pesquisa conforme indicado na nota de rodapé nº 8, deste artigo.

“Os generais Justino Alves e Muricy, juntamente com o coronel Ibiapina, sentindo que não tinham mais condições de garantir a minha vida (foram eles que o disseram), solicitaram a Dom Helder que os poupasse mandado-me embora para bem longe. O que Dom Helder recusou, os meus amigos aconselharam: ‘vai-te, rapaz, que nós também não poderemos garantir a tua vida!’.” (BEZERRA, 2006: 11).

Fechadas as portas do SEC e dispersados seus agentes, o desfecho na universidade não foi de todo alheio. Alguns meses após o golpe a Universidade do Recife organiza entre seus professores, com a ilustre participação de Gilberto Freyre, *O Simpósio sobre a problemática Universitária*. Neste longo exercício de avaliação escolar não se pode dizer que em nenhum momento o SEC é mencionado, pois este é lembrado como *serviço* supérfluo e o seu financiamento mencionado como gastos irresponsáveis, desviando a “universidade de suas finalidades essenciais”. Em sua fala, Freyre convoca os catedráticos a resistir ao argumento da chamada “democratização dos diálogos”²⁶. A nova direção da UR deveria partir de questões estritamente regionais e “de uma orientação que talvez possa ser acusada de elitista, isto é, de um tanto aristocraticamente valorizadora das elites, dentro dos sistemas universitários”²⁷.

Preocupados em atender aos propósitos e limites do presente artigo, buscamos tão-somente trazer uma contribuição preliminar à recuperação da ambiência circundante do surgimento da extensão da UFPE²⁸.

Encarar o passado foi bem isso que a escrita deste texto favoreceu quase cinqüenta anos depois. Fica no ar o desejo de conhecer, de pesquisar a história da Extensão a partir de então. Saber como se deu seu caminhar, considerando a trilha muito estreita na qual teve que andar por um tempo que se prolongou por várias décadas e que, além de deixar dolorosas e profundas marcas, amesquinhou importantes iniciativas. Levantar o que ficou (ou se recuperou) das idéias primeiras. Conferir o quanto a “verdade da práxis cedeu lugar à estreiteza do pragma”²⁹ ...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agostinho, S. Confissões. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. 18ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Boletim do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, nº 1. Recife: Imprensa Universitária, mar/abr de 1962.

BRITTO, Jomard Muniz de. Contradições do homem brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1964.

Atentados poéticos. Recife: Ed. Bagaço, 2002.

CESAR, Ana Maria. A faculdade sitiada. Recife: CEPE, 2009.

COELHO, Fernando Vasconcelos. Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004.

CORTEZ, Marcius. O Golpe na Alma. São Paulo: Pé-de-chinelo Editorial, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade crítica: o ensino superior na república populista. 3ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife. Volume 1,2,3,4 e 5. Recife, Universidade do Recife,

²⁶ O Simpósio sobre a problemática Universitária, 1965: 122.

²⁷ Idem: 138.

²⁸ Sendo oportuno lembrar que Dimas Brasileiro, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, encontra-se dissertando sobre a Estudos Universitários. Quiçá desta iniciativa decorra um livro.

²⁹ Conferir em Konder (2009:83).

Imprensa Universitária, 1962-1963.

FREIRE, Paulo. Educação com prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 30ª edição.

KONDER, Leandro. O marxismo na batalha das idéias. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

RAMALHO, Walter Alves. Olha a Ripa: fragmentos da Escola de Engenharia de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1994.

ROSAS, Paulo. Para compreender a educação superior brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Papéis avulsos sobre Paulo Freire, 1. Recife: Centro Paulo Freire de – Estudos e Pesquisas: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

Simpósio sobre o problema universitário. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

TEIXEIRA, Flavio Weinstein. O movimento e a Linha: presença do Teatro do estudante e d'O Gráfico amador no Recife (1946 – 1964). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

Uma certa revista

Luiz Costa Lima¹

23

Estudos Universitários

"cuando montar quisimos en pelo una quimera"
(Antonio Machado, "Una España joven")

Pedir-se a um homem comum que pense e, publicamente, formule uma experiência pela qual passou há 47 anos não é uma iniciativa ordinária. Mas é bem isso que Dimas Veras solicita de mim.

Há 47 anos, mais precisamente, apontando para os meses de julho a setembro de 1962, era publicado o primeiro número

da revista *Estudos Universitários*. Seu surgimento fazia parte de um ambicioso projeto de reforma universitária concebido pelo Reitor da Universidade Federal de Pernambuco (então mais modestamente chamada de Federal do Recife), o médico e professor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima – apesar do sobrenome, não tínhamos nenhum parentesco. Por inicia-

¹ Professor titular da PUC (RJ), integrado ao programa de História Social da Cultura. Autor de mais de 15 livros sobre teoria da literatura, literatura comparada e literatura brasileira, dos quais o mais recente se chama *O Controle do imaginário e a afirmação do romance* (Dom Quixote, As Relações Perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy); três dos seus livros foram traduzidos para o inglês e um para o alemão. Professor da University of Minnesota (1984 – 1986); visiting professor de várias universidades (Stanford, Johns Hopkins, Montreal, Paris VIII, Pontificia Universidad de Chile (Santiago), Universidad Iberoamericana (Ciudad de México) e pesquisador do Zentrum für literarische Forschung (Berlim) Recebeu prêmio concedido ao investigador estrangeiro do ano de 1992 pela Alexander Von Humboldt-Stiftung (Bonn) (Alexander Von Humboldt-Stiftung Preis für Geisteswissenschaft). Endereço eletrônico: costalim@visualnet.com.br

tiva sua, eram criados o *Serviço de Extensão cultural* (SEC), uma *Rádio Universitária* e a revista *Estudos Universitários*. A Rádio e a revista seriam subordinadas ao SEC, confiado à direção de Paulo Freire; enquanto a Rádio era dirigida por José Laurênio de Melo, que já trazia a experiência de, durante anos, haver sido o encarregado pela BBC de Londres, para a seção brasileira; a mim cabia o posto de secretário executivo da revista. A *Estudos universitários* contava com um Conselho Universitário, formado por 12 catedráticos da Universidade, e uma Comissão de Redação, constituída por mais 3. Não exagero em dizer que, salvo alguns que conhecia desde antes, nunca um dos 15 quebrou uma palha pela revista. De todos, guardo com extremo afeto o nome de Rui da Costa Antunes, que havia sido meu professor de Penal, na Faculdade de Direito do Recife, o único que, como adiante relatarei, me defenderia, na última reunião de que participei, na sala do Reitor, em fins de 1963. Durante o tempo em que fui secretário – de julho de 1962 até, aproximadamente, novembro de 1963 – meus colaboradores eram os amigos que estavam e/ou prestigiavam o SEC – Sebastião Uchoa Leite, Marcius Cortez, Paulo Menezes, Gastão de Holanda, Orlando da Costa Ferreira, Jomard Muniz de Brito, Juracy Andrade, mais alguns que talvez hoje não gostassem de ter seus nomes aqui arrolados – e os velhos tipógrafos da

Universidade. Em sua companhia, ajudando-os no que podia eu ficava, muitas vezes até de madrugada, quando a revista estava para sair. De um deles, me lembro com particular carinho, “seo” Valdemar, encadernador de meus livros. Ser secretário e pau-para-toda-obra não chegava a parecer trabalhoso. Eu era jovem, recém-tornado da Europa, amigo e vizinho de Paulo Freire, impaciente em contribuir por um Brasil menos familista, menos patriarcal e autoritário.

Ao pensar nesses termos, dói a saudade dos tantos amigos que “a indesejada das gentes” já levou: Paulo, José Laurênio, Sebastião, João Alexandre Barbosa, Gastão de Holanda, Orlando da Costa Ferreira; com alguma tristeza, embora sem saudade daqueles que o golpe de 1964 fez com que, de um dia para o outro, mudassem de barco. A falta que aqueles provocam é acompanhada por incômoda pergunta: que teria sucedido se, em lugar de derrotados, tivéssemos vencido? Retrospectivamente, se revejo a cara alegre e entusiasta daqueles que, com frequência, se reuniam para o café no SEC e o otimismo esfuizante de Paulo, por outro lado, como se o próprio tempo houvesse se encarregado de dar-lhes um outro rosto ou, pelo menos, até então o escondessem, vejo marcas e rugas de um espírito contrafeito. É por certo estranho combinar a imagem de uma vitória que não houve com sinais de contrariedade, se

não de amargura. Mas não risco a frase que acabei de escrever pois recorro do que me dizia, em voz baixa, um amigo, em uma das prisões em que, meses depois do golpe, nos encontramos: “Lula, por sorte não ganhámos”. Atônito, se não indignado, não precisei pedir-lhe que se explicasse. No mesmo tom de voz, acrescentava: “Se tivéssemos ganho, não saberíamos o quê fazer”.

Dolorosamente, tantos anos passados, reitero o que ouvia, e, recorrendo a uma passagem de uma espécie de declaração de princípios que, a partir de seu terceiro número, *Estudos Universitários* incluía, procuro refletir sobre a cena: “Cultura é (...) inserção e não fuga, fruto não só da inteligência, mas também da coragem individual”. Toda a ênfase se apoiava nos nomes ‘inserção’ e ‘coragem individual’. Implicitamente, a declaração entendia que inserção era a nossa. Mas já sabíamos que havia outras, algumas que também se consideravam de esquerda, que seriam igualmente perseguidas e cuja história passada as mostrava ligadas a uma inserção exclusivista e esmagadora das alternativas. O que aqui digo não tem nenhuma novidade para quem tenha alguma experiência política. Mas era isso precisamente que não tínhamos. Supúnhamos – ou melhor, eu supunha – que a coragem individual era o bastante. Como era possível que fosse tão ingênuo? Mas não tenho o

direito de criticar o jovem que então era – embora intelectualmente já tenha mandado meu voluntarismo pro lixo, nas horas de transe volto a me comportar como se a coragem individual fosse suficiente para dominar situações adversas.

Antes de continuar esse breve relato rememorativo, gostaria de chamar a atenção para o que, havendo sido publicado naqueles cinco números, ultrapassou os 47 anos e permanece uma leitura digna, se não mesmo de qualidade. Destaco, no número de abertura, o poema “Teoria do ócio”, de Sebastião Uchoa Leite, ali editado pela primeira vez e, no número 2, o ensaio “A Serpente e a lira” de Orlando da Costa Ferreira. Com esse título valeryano, Orlando introduzia uma reflexão sobre a menos metafórica das letras, a letra como unidade mínima da tipografia, objeto de devoção de toda sua vida. No mesmo número 2, ainda ressalta o “Poésie et société” de um suíço, Pierre Furter, que esteve no Recife, depois por todo o país, durante alguns anos. Lamentavelmente, os erros gráficos foram tantos que certas frases, para serem bem compreendidas, teriam de ser restauradas. Destaco por fim a seção de “resenhas”, introduzida a partir do número 4 (abril – junho, 1963). Já não sei por que a seção se chamava de resenhas, pois recordo que a intenção, desde seu início, era fazer daquele espaço uma panorâmica do que de importante

sucedera e não só se publicava, entre o número anterior e o presente. Aproveito a referência para retomar o andamento rememorativo. Foi por conta dessa seção que a revista não esperou pela chegada do golpe, sendo seu secretário demitido e sua publicação provisoriamente suspensa entre novembro e dezembro de 1963. (Como o número 5 cobria o trimestre de julho a setembro, haver a confusão estourado entre novembro e dezembro parece mostrar que sua publicação saía com uns dois meses de atraso, pois o acidente que a seguir relato sucedeu poucos dias depois de a revista estar em circulação). A razão do acidente não foi outra senão a imprudência de quem aqui escreve. Relato-o sinteticamente.

Para quem conheça os artigos que Gilberto Freire publicava, alguns meses antes do golpe, no *Diário de Pernambuco*, não estranhará que eles tenham decididamente contribuído para que o Recife letrado se dividisse entre os partidários do sociólogo de Apipucos e os “comunistas” do SEC. Mesmo pessoas que eram amigas de Paulo Freire e vieram a apoiá-lo quando começou a ser perseguido pelos golpistas vitoriosos, então ainda se pronunciavam a favor de Gilberto Freire. Pois bem, diante de um artigo seu em que acusava os “comunistas” infiltrados nos jornais de escolherem fotografias em que ele aparecia “feito”, depois de transcrever a

passagem capital, eu fazia uma brincadeira que reconheço de extrema maldade. Se ainda se tratasse de um astro do cinema, era o que mais ou menos dizia, ainda se explicava a manifestação de narcisismo etc etc. Até parece que era eu próprio que procurava um estopim. A verdade é que em poucos dias a batalha estava iniciada. Por maior que fosse o apoio que sempre recebera da Reitoria, terá sido dela que veio a ordem de o número 5 ser recolhido, a página que continha o comentário expurgada e eu convocado para comparecer a uma reunião de emergência. (Foram muito poucos os números inteiros que escaparam da censura. A própria cópia da coleção dos cinco números que Dimas Veras teve a gentileza de me enviar não contém a folha censurada). Das pessoas que participaram da reunião, lembro-me apenas do próprio Reitor, de Rui Antunes e da professora de filosofia Maria do Carmo Miranda. Lembro-me de meu ex-mestre de Direito Penal, mesmo porque só nele encontrei apoio. Em troca, a professora Maria do Carmo mostrava toda sua indignação de conservadora “enragée” contra o desrespeito ao mais ilustre intelectual da terra. Diga-se de passagem: minha desastrada manifestação de coragem (de coragem ou simples bravata?) não teria tido a consequência que teve se eu tivesse ouvido a recomendação sensata de Sebastião: “olha bem, Luiz, isso vai dar confusão”. Mas não o

ouvi. Por maior que fosse o empenho de Rui Antunes e, posso imaginar, a simpatia do Reitor, minha demissão era inevitável.

Quando, na noite de 31 de março de 1964, iniciou-se o golpe e, no dia seguinte, já estava vitorioso, eu conhecia um prelúdio do que iria me suceder. Na verdade, a primeira dose golpista se resumiu a afastar-me da revista. Durante três meses ainda, pude frequentar o SEC e continuar a colaborar com a formação dos que seriam professores no programa de alfabetização nacional. Tenho retrospectivamente ao menos a satisfação de saber que a formação que dávamos a eles nada tinha de semelhante com a mediocrização horizontal hoje oferecida pelo chamado ensino à distância. Muito menos, ao contrário do que se murmurava na cidade, não se tratava de doutrinar ninguém. Como doutrinar se nenhum de nós era membro do P.C., nem tínhamos qualquer simpatia pelo stalinismo?! Mas o fato é que, entre novembro e dezembro de 1963, estava encerrada a tentativa de fazer da revista da Universidade um instrumento paralelo à sua Rádio visando à melhoria do universo intelectual do recifense e das cidades vizinhas, ao qual se acrescentasse uma dimensão efetivamente crítica. Digo por fim: não me arrependo absolutamente do que fiz e aqui relatei. Apenas, se tivesse a oportunidade de repetir alguma coisa do feito, o faria entre suspeito e desconfiado.

É pena, mas, na verdade, com a vida não aprendemos senão a guardar um terreno maior para a defesa.

Agradeço a Dimas Veras e aos que o autorizaram a fazer-me este convite. Ainda sentir-se embargado pela recordação de acontecimentos tão remotos, prova que, independente de nossa vontade, permanecemos presos à terra distante.

Rio de Janeiro, outubro, 2009

SINTOMAS & SINTONIAS de uma GERAÇÃO REVISITADA

Jomard Muniz de Britto¹

27

Estudos Universitários

Esboçamos uma leitura transversal entre gerações que preferiram dizer não aos que cultivavam o memorialismo enquanto transação de oportunidades. Ou mais grave: trama de oportunismos na fogueira de vaidades. Pelo vazio das novidades. Além e aquém da rima pobre de todas as idades. Qual o lugar do contemporâneo?

Rer 1962 em 2009 é um risco, talvez ameaçado por risos melancólicos. Sem medo de cativar o cosmopolitismo na província entre teorias e práticas, múltiplos letramentos e escrituras. Sem temer exercícios de caligrafia entre os links da internet. Que nos percam do desespero as concreções contundentes de Sebastião Uchoa Leite:

Para que serves senão indagar
a essência da poesia ou a essência da pulha
se são a mesma coisa?
Como distinguir no tempo as ficções do ser?

¹ Jomard Muniz de Brito integrou a Equipe inicial do Sistema Paulo Freire de Educação de Adultos na Universidade do Recife, atual UFPE. É professor aposentado do Departamento de Teoria da Arte e Expressão Artística e professor titular emérito da Universidade Federal da Paraíba. É autor de textos e produtos audiovisuais.

Ócios e práxis experimentando conflitos, mitologias, reverberações didáticas e redes popfilosofantes. Faíscas do tempo. Fulgurações entre ser e nada, como escapar dos desempenhos memorialistas?

Na capa em preto e verde-oliva, signos de um projeto construtivo de Orlando da Costa Ferreira: ESTUDOS universitários – Revista de Cultura da Universidade do Recife (atual UFPE) – 1 Julho-Setembro-1962. Para não ocultar a dominância gráfica dos ESTUDOS, reunindo no mesmo exemplar ensaios e resenhas, em tripartida configuração: rigor argumentativo, sedução escritural e dispositivos analíticos. 1962 em 2009. O verde-oliva da capa sugerindo uma exclamação do programador visual Anacleto Eloi que nos cedeu sua coleção. Sem esquecer o único poema editado, Teoria do Ócio, por Sebastião Uchoa Leite:

Para que serves senão finalidade inútil florescimento estético ou metafísico sem memória?

Com Apresentação do Reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima situando... “a vivência da Universidade como um dos meios de formar o homem integralmente, permitindo-lhe sentir as perplexidades do complexo do ser”.

Tempos de esperança quando a experiência de vida podia aglutinar no mesmo período imaginário, enquanto sintoma em

sintonia, pensadores tais como Maritain e o jovem Marx, Gabriel Marcel e talvez Heidegger, Mounier e Álvaro Vieira Pinto... “pelo direito de pensar livremente, condições necessárias à formação de futuros e autênticos líderes”. Não apenas sonhos de um Reitor, mas possivelmente utopias da democratização cultural pelas vertentes de Karl Mannheim. Ou nas veredas do radicalmente nosso Paulo Freire. Expectativas de mudança,

reformas de base, planejamentos. A SUDENE intercalando Universidades e Movimentos de Cultura Popular.

Mas o texto seguinte, autoria do Secretário-Executivo, Prof. Luiz Costa Lima, se posiciona em termos de um realismo crítico ao contextualizar: “O Brasil de hoje se apresenta como

uma vasta estrutura em transformação. (...) “a presença em choque de duas mentalidades. Uma, ardilosa ou ingenuamente conservadora, outra crítica ou sentimentalmente aderida à transformação nacional”. Com parágrafo adiante, decisivamente empenhado: “A luta por uma cultura brasileira desalienada, autenticamente situada, não pode deixar de conter flagrantes contradições, notada-

mente em um órgão como este, cujos colaboradores não estão previamente unidos. Não apreciamos as contradições; expondo-as, porém, ao julgamento público possibilitaremos a sua diminuição e o seu posterior ultrapasse”.

Dos tempos de esperança aos desejos de autosuperação: quantos possíveis deslocamentos, traumas, trânsitos de ou para uma sociedade aberta?

Abril e maio são teus ensaios prediletos entre a paixão dialética e a razão pura.

1962 nos remeteria a 1922 através do *Prefácio de uma Tradução*. Texto de autoavaliação de sua obra germinal da juventude à maturidade – *Social Life in Brasil in the Middle of the 19th century* – Gilberto Freyre veio demarcar sem fronteiras seu lugar na História Universal da Cultura. Das culturas. Das instituições de pesquisa. Das Fundações de meta-universidades. “É o que o autor hoje verifica com maior alegria, ao ler trabalho escrito em idade ainda tão verde: não o turva nenhum cientificismo, embora só o pudesse, talvez, ter realizado quem juntasse à sensibilidade ao passado da sua própria gente formação rigorosamente científica em universidades estrangeiras”.

O melhor hermeneuta de si mesmo e de sua obra enciclopédica, Gilberto Freyre jamais seria cúmplice de qualquer forma de esquecimento: “Ao mes-

mo tempo, certo modo como que impressionista, de tentativa de reconstituição do passado mais íntimo e até mais sexual do brasileiro – modo tornado possível pela atitude empática do autor com relação aos fatos e, principalmente, ao elemento humano, uns e outro evocados mais com alguma saudade dos antepassados do que com sistemática repugnância pelo antigo só por ser antigo – já está presente no agora intitulado *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX*”.

Empatia. Gestaltismo. Interpenetrações. Tempo trípico. Stº Antônio de Apipucos no mapa mundi: dos regionalismos ao além do apenas moderno.

**Coração do ser pulsando em movimento,
só em pensar permanece imóvel:
o espírito cria imobilidade.
A água não se recorda de si mesma,
reflete sem memória, não há tempo
mas ato puro, eterno presente.**

Para melhor confirmar a onipresença de Gilberto e seu legítimo reconhecimento pela Revista em questão, o estudo de Gadiel Perruci – *Uma Europa Nova* – está impecável na perspectiva de superação de todos OS ISMOS, do “cidadão de uma pátria chamada Trópico”. Entre os ismos sem aspas não apenas imagismos, impressionismos, mas sobretudo capitalismo e comunismos. Tempos conturbados em 1962. Gilberto teve coragem para suportar o civil-militarismo

em 1964. A seu modo, acima e abaixo dos ideologismos? Ou apenas dos idioletos?

Celso Furtado, brasileiro de

**Existe, é certo, uma paixão inútil:
Os ardentes amam a feiúra
mas outros só podem amar a crueldade.**

competência universitária internacional, além das literaturas e filosofemas, investe sua criticidade em *Reflexões Sobre A Pré-revolução Brasileira*. Então ficamos sabendo que “o desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada beneficiou três quartas partes da população do país”. Entre 1962 e nossa contemporaneidade, o que fazer se “os

grandes contratos de obras públicas passaram a ser fonte corrente da acumulação rápida de fortunas dentro e fora do Governo”? Enquanto Celso afirma, continuamos indagando por ele mesmo: “em outras palavras: a nossa impotência em face do impasse mundial tem como reverso uma maior margem de liberdade no que respeita à determinação dos próprios objetivos. E como soe acontecer, essa margem maior da liberdade traz consigo uma

consciência mais clara da responsabilidade”.

Essa pré-revolução brasileira

enfrentava não apenas os sons dançantes da bossa nova, dos frevos e cirandas, mas sobretudo os impasses da ética na política, do planejamento para o desenvolvimento em conjunto, da educação como prática da liberdade, da Universidade abrindo horizontes d’O Gráfico Amador ao Movimento de Cultura Popular.

Enquanto Claudio Souto fundamenta e apresenta a viabilidade de *Um Projeto de Lei Agrária para o Estado de Pernambuco* através de “princípios jurídicos básicos”, em texto mais inquietador Vamireh Chacon expõe a radicalidade de suas indagações:

“Por que nunca se falou tanto em ‘reformas de base’, no Brasil, e elas não vêm? Esta pergunta com frequência morde o subconsciente de muita gente, ou mesmo explode em ostensivas impaciências. Por que???”

Entre os dois intelectuais participantes, Claudio e Vamireh, tão acesos por nossas contradições, surge a figura que continua até hoje paradigmática em busca de

nossa fundamental democratização: Paulo Freire.

Tempos de criticidade ritmando com amorosidade. Da Revista que tentamos resenhar alguns textos – ESTUDOS Universitários, 1962 – Paulo Freire escreveu *O Professor Universitário Como Educador*. Diálogo e criticidade são suas palavras geradoras, tais como seriam, segundo a pedagoga-psicanalista Dulce Campos, as situações-limite da compreensão antropológica do Sistema Paulo Freire de Educação de Adultos.

Impossível resenhar, como talvez desejássemos, toda a pluralidade temática do número inaugural da Revista ESTUDOS Universitários da Universidade do Recife, atual UFPE, lançado em 1962 e que agora ressurgiu ou se reinventa. Nossa percepção seletiva não foi capaz de encarar, reler e fruir do caráter pluralista, polêmico e instaurador entre altas culturas e as mediações interdependentes no e do meio acadêmico para o INTEIRO AMBIENTE, segundo expressão do pensador Fábio Coelho, de nossas contradições transformadoras e sobretudo das múltiplas contra-dições de linguagem. Mas o NÃO da abertura desse texto, por uma imprecisa dialética da negatividade, em nossos maneirismos existentes, continua sempre atento, alerta e frágil, mas sem medo de temer a sorte...

Geração revisitada? 1962/2009

de todas as barras, cortes, exílios e autoexílios, sofrimentos e oportunismos. Nação Brasil. Nação Pernambuco, assim prefere o discurso oficioso. Da nação sempiternamente cruel em suas apartações e desigualdades.

Interações, interpenetrações mais

das privacidades. Para evitar o eterno retorno do apocalipse em 2012 nas telas e nos sem teto, por que NÃO rememorar mais um fragmento recortado do belo e amargo poema-testamento de época do Sebastião Uchoa Leite?

Talvez nos reste apostar na es-

Assobiamos uma fuga de Bach
e sorrimos ante a lembrança do futuro
porque sorrimos ante a idéia da morte.
Bela é a fúria da máquina
que intenta apanhar-nos em nosso destino.

...

do que perigosas entre política e marketing. Jornalismo e Publicidade. Artes e Mercadorias. Dualidades intransigentes. Globalização do politicamente correto. Anarquismos no liquidificador. Cosmopolitismo dos pobres e das classes médias carecendo dos fundos de incentivo governamental. Paródias em nova tipologia das culturas chapa branca. Inventores auto-proclamados. Mestres e diluidores embalados pelos orçamentos participativos. Literaturas abaladas pela internet. Fundamentalismos revisitando seitas, dogmas, profecias. Depressionismos entre a física, as populares religiosidades, as academias e a carnavália do Bloco do Nada. A extensão audiovisual da psicanálise esquecendo e recordando o mal estar das civilizações e sifilizações. O mais banal de nossa psicopatologia da vida cotidiana continua sendo o hibridismo perverso que devassa a coisa pública em benefício

perança dos micropoderes. O resto é mar? Recife, outubro/novembro de 2009.

As oligarquias culturais e os palhaços da burguesia

Marcus Cortez¹ (escritor)

Estudos Universitários foi uma revista que não ficou botando banca. O objetivo dos seus editores era fazer uma boa revista de cultura e nada mais do que isso. Sua fórmula consistia numa linha programática bastante definida e num projeto gráfico que primou por entendê-la como um todo. Do número um ao cinco – 1962/1963 – a diagramação da capa e o miolo se caracterizaram por uma unidade que lhe permite ser moderna após tantos anos. Os cubos e as letras no espaço em branco da capa, variando de cor a cada edição, tem a marca do bom design. Outro seu grande mérito foi a diversidade – tão em moda hoje em dia. Porém, vamos deixar para depois o porque dessa atualidade... À primeira vista, numa passada pelos sumários das suas cinco edições, o leitor se impressionará com o espaço ocupado por ensaístas e colaboradores que não tinham nada a ver com a linha editorial

da publicação, gente que acendia velas para verdades extremamente subjetivas e ingênuas.

Apesar disso, Estudos Universitários foi alvo de muitas críticas. Uma delas era que a redação falava demais em alfabetização e educação de adultos. Na época, a Rádio Universidade do Recife, dirigida pelo poeta José Lauro de Melo também entrou na roda por conta do seu bordão publicitário: “Rádio Universidade do Recife, a serviço da democratização da cultura”. Sem dúvida, uma crítica preconceituosa e equivocada porque o país se encontrava mobilizado para erradicar o analfabetismo: vivíamos a euforia do PNA, Plano Nacional de Alfabetização, obra do Presidente João Goulart, cujo objetivo era criar vinte mil círculos de cultura para atingir dois milhões de brasileiros com a implantação do método Paulo Freire. No mais, à sua maneira, a

¹ Endereço eletrônico: marciuscortez@hotmail.com

revista abria seu leque para economia, pedagogia, arte, cinema, atualidades (Angola, Cuba), filosofia (destaque para artigos sobre o Marxismo), antropologia, história, ciências exatas, medicina social, religião, crítica de cultura, ciência política e é bom lembrar que, de repente, no meio dos ensaios, estudos e resenhas, aparecia um verso inteiro de algum poeta contemporâneo (o primeiro número nos trouxe “A Teoria do Ócio”, - já naquele tempo - , de Sebastião Uchoa Leite). Muito bem, a essa altura, você deve estar se perguntando “o que houve para uma publicação assim não passar dos cinco números?” Ou indagando de outro modo, “qual a razão da prisão, inquérito e perseguição ao seu editor, o crítico literário Luiz Costa Lima?”. Penso eu que foi algo mais além de uma idiossincrasia golpista, pois tem mais jeito de haver sido coisa orquestrada pela ditadura, que nunca se importou se ia sujar o seu nome promovendo a censura e empastelando ideias.

Num aspecto Estudos Universitários se diferencia da maioria das revistas de cultura produzidas no Brasil, no passado e no presente. Hoje quando vejo algumas dessas revistas pseudo-culturais (Piauí, Cult), ponho-me a rir porque elas caíram naquilo que logo de cara, a Estudos Universitários descartou. Como já disse, o primado substancial da publicação editada por Luiz Costa Lima baseava-se numa concepção realista de cultura. O que não vem a ser o caso das citadas revistocas que optaram

por se retirar de uma vivência e um tempo comunitário e, consequentemente, de uma inserção em profundidade nesta vivência e neste tempo comunitário.

A verdade principal desse meu pequeno depoimento começa a aparecer. Fazer uma revista que não seja alienada, em nosso país, é impossível. Há duas pedras no caminho de qualquer publicação que pretenda ser independente e corajosa: o clientelismo, também conhecido como brodagem, e o monopólio. Nosso mercado editorial, por exemplo, congrega distribuidores, livrarias, editoras privadas, editoras universitárias e entidades institucionais como a Câmara Brasileira do Livro, a Academia Brasileira de Letras, que praticam de maneira selvagem uma política chapa branca e mafiosa. Quanto ao monopólio, vamos a um número: apenas sete famílias ligadas a grupos políticos dominam as grandes redes de comunicação no Brasil, que geram 85% das informações veiculadas no país. O monopólio é uma forma sofisticada de censura. Enquanto ele perdurar, perdurará o xodó da sociedade de consumo: a homogeneização das consciências, a qual cresce na proporção da homogeneização dos produtos de consumo de massa. O choque de elementos dramáticos antagônicos que tão útil seria para implodir a pasmaceira artístico-cultural tomou chá de sumiço. Atualmente, a saída para muitos dos nossos escritores e poetas é alinharem-se e submeterem-se ao conteúdo do monopólio. Não os censuro: Oswald de Andrade já

tinha percebido o mal que isso faria à cultura brasileira.

Foi a faca afiada do cozinheiro de almas que cunhou o termo palhaços da burguesia.

Talvez por masoquismo, ou seja lá porque, a nossa obsessão seja gostar de pensar o mundo, justo esse mundo que resiste ao pensamento. Ou em outras palavras, somos movidos por nossas contradições. Possivelmente, por conta de tudo isso, o cordão dos insubmissos navegantes cada dia aumenta mais, apesar da dureza que é fazer emergir das profundezas a noite móvel que nos habita.

Se você quiser quebrar a cara, tente ficar colado a uma proposta de visão de uma cultura realista, situada. É difícil admitir, mas as oligarquias culturais permanecem com a faca e o queijo na mão. O Golpe, o Pós-golpe e o arremedo dessa democracia que impera entre nós impossibilitou a sedimentação de uma mente crítica que gerasse uma pressão comunitária contra intelectuais ingênuos e não situados. E para piorar as coisas, experiências como a da revista Estudos Universitários tombam pelo caminho. Certamente, se ela não tivesse sido fechada o seu exemplo haveria se multiplicado. Com isso, o país não teria perdido tanto tempo e o extermínio que nos ronda seria mais suportável.

Resgate de um trabalho desmantelado pelo Golpe de 1964

Juracy Andrade¹ Quase 50 anos depois do golpe militar de 1964, é relançada a revista *Estudos Universitários*, que era editada pelo Serviço de Extensão Cultural (SEC) da então Universidade do Recife, chefiado pelo professor Paulo Freire (hoje Pró-Reitoria de Extensão da UFPE). Antes de algumas considerações sobre o que fazíamos naquela época, nós integrantes da equipe desse autêntico grande homem que revolucionou a educação brasileira, ao lado de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, registro meu agradecimento pelo convite para que eu participe deste relançamento.

Não tenho mais nenhum exemplar da revista. A sede do SEC foi saqueada pelos “revolucionários”, desaparecendo preciosa incipiente biblioteca, obras de arte e caros equipamentos que eram utilizados na aplica-

ção do Sistema Paulo Freire de Educação e em seu método de alfabetização de adultos. Mas lembro que ela foi concebida como uma publicação destinada a abrir espaço para a divulgação das ideias e trabalhos dos professores da universidade, algo comum em instituições do gênero e que não tínhamos.

Depois da anistia de 1979, quando fui reintegrado à UFPE (fui demitido em 1964 com base no primeiro, e na época único, Ato Institucional) e ocupei, até a aposentadoria, o cargo de coordenador da Assessoria de Comunicação Social, procurei saber por que se havia abandonado a revista *Estudos Universitários*. A informação que consegui é de que sua publicação fora confiada ao professor e poeta César Leal, que não se interessara pela sua retomada.

¹ O autor tem formação em filosofia e teologia e é jornalista. Endereço eletrônico: juracy.andrade@gmail.com

Concentrei-me, então, com a decisiva colaboração das colegas Teresinha Nunes (que ainda não era deputada) e Luzanira Rego (precocemente falecida), em melhorar a imagem da universidade, intensamente bombardeada na época devido a desentendimento entre o reitor Geraldo Lafayette e Gilberto Freyre. Desentendimento que repercutia em abundantes matérias negativas no *Diário de Pernambuco*, muito ligado ao segundo. A propósito, com toda a veneração devida ao mestre de Apipucos, lembro que foi ele, devido a desentendimento com outro reitor, João Alfredo da Costa Lima, que insistiu junto aos coronéis de 64 para que a então Universidade do Recife fosse submetida a um Inquérito Policial Militar.

O fato é que a revista *Estudos Universitários* continuou desaparecida mais 30 anos e agora volta sob a égide da Pró-Reitoria de Extensão, o que, além de ser muito positivo para a comunicação da UFPE com o mundo acadêmico, tecnológico e científico, e com a sociedade em geral, significa o resgate de uma iniciativa de valor de uma equipe que realizou um trabalho sério e foi punida arbitrariamente pelo golpe militar de 64.

Os anos que precederam o golpe foram de grande efervescência e euforia com a perspectiva de mudar um país cujas elites insistiam (prosseguem insistindo) em permanecer no atraso, atreladas a um dos lados da Guerra Fria e

alheias aos legítimos interesses nacionais. Por toda parte brotavam publicações, movimentos culturais, sociais, políticos dedicados ao objetivo de levar o nosso país a ser dono de si mesmo, do seu destino, das suas riquezas. Talvez fosse cedo demais para se conseguir obter tal objetivo, o que em parte está se conseguindo hoje (falta muito), tanto tempo depois.

No Nordeste, que ganhara a possibilidade de se reintegrar à Federação com a Sudene original de Celso Furtado, e sobretudo no Recife, as iniciativas pela contemporaneidade do progresso mundial se multiplicavam, mobilizando a juventude, os estudantes em ações como o Movimento de Cultura Popular, o SEC, a explosão artística no teatro popular, atividades que atraíam a admiração de jovens do Rio e de São Paulo, que aqui vinham ver o que se estava fazendo para mudar o país.

É aí que se insere a revista *Estudos Universitários*, produzida pela equipe do SEC dentro dessa movimentação de independência, autonomia e modernidade. Os militares, cujas lideranças eram formadas no War College dos Estados Unidos, viam tudo isso, dentro da bitola da Guerra Fria, como um avanço interno do comunismo para dominar o Brasil e convenceram disso o governo dos Estados Unidos. O resto a gente sabe como foi: golpe militar, poder arbitrário durante 21 anos, repressão, prisões e as-

sassinatos de inconformados, demissões arbitrárias, cassações de parlamentares comprometidos com o povo.

Os autointitulados “revolucionários” acharam que isso não bastava para conter o comunismo e então veio o golpe dentro do golpe, com o Ato Institucional nº 5: mais repressão, mais cassações, tortura de presos políticos, desaparecimentos, um enorme atraso que só agora, tantos anos após a redemocratização, começa ser lentamente recuperado. A retomada de *Estudos Universitários* certamente contribuirá nesse sentido.

A Revista e o Patrono

Geraldo Pereira¹

Fico satisfeito em saber que a Revista Estudos Universitários, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), não apenas foi resgatada, mas, sobretudo, volta a contar com uma periodicidade estabelecida. Nisso devo reconhecer o protagonismo do Reitor Amaro Lins e o papel da pró-reitora Solange Coutinho, ambos comprometidos sempre com as peculiaridades sociais e econômicas da gente de Pernambuco e especialmente voltados para as particularidades culturais do Estado. Uma instituição acadêmica do porte da UFPE, precisa mesmo dispor de um veículo assim, capaz de servir ao pensamento dos professores e dos pesquisadores da Casa. Pensamento que não deve se restringir às publicações de natureza estritamente científica, nas quais as normas para publicação exigem uma metodologia própria, as quais são, por vezes, limitantes. De mais a mais, entende-se que as ciências e as vertentes da cultura e das artes se relacionam com facilidade, permitindo ao investigador ou ao ensaísta a produção de textos que sejam plurais, multidisciplinares e transdisciplinares. Nisso Gilberto Freyre

foi mestre – continua sendo um mestre dessas relações –, principalmente quando fundou e presidiu por anos a fio o Seminário de Tropicologia, aglutinando pensadores de várias searas dos saberes humanos. E a Revista é um pouso certo para tanto.

O diálogo da universidade com a sociedade passa, necessariamente, por um periódico assim, com a possibilidade de abordar temas que interessem de perto o poder público e cheguem à sociedade organizada. As grandes questões de Pernambuco, sobretudo as atuais, aquelas ligadas ao petróleo, à refinaria e ao estaleiro, reconhecem a discussão e o debate desses assuntos de forma ampla, notadamente com a inserção dos docentes da academia, no caso em particular, dos pesquisadores que são professores da Universidade Federal de Pernambuco, sem desprezar as demais, em pé de igualdade com a instituição primeira. Há uma nova perspectiva no Estado, especialmente no Recife, o declínio da violência urbana; declínio que resulta de um esforço conjunto das lideranças de governo, mas que é fruto do planejamento

¹ Professor da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE e membro do Conselho Estadual de Cultura. Endereço eletrônico: pereira@elogica.com.br

e da execução de um programa criado por um doutor da UFPE. Um tema de grande atualidade, o qual não poderá dispensar o concurso de outros interessados nesse esforço que vai dando certo e poderá servir de mote para um dos números futuros.

Há certos assuntos, como a ecologia e o meio ambiente, o saneamento, a formação técnica dos jovens para o mercado de trabalho em expansão e a temática de agora, a do analfabetismo, enfocando Paulo Freire, especialmente. Não é exagero incluir assuntos que contemplem o espírito, tais como a prosa e a poesia. Pernambuco é o celeiro das letras, porque foi aqui que se escreveu o primeiro livro brasileiro: a *Prosopopeia*. Bento Teixeira foi quem redigiu este poema épico; uma peça em termos de criação literária. Mas, foi por cá, de igual forma, que a medicina prosperou, quando se publicou o resultado das pesquisas de Guilherme Piso e Georg Marckgraf, médicos e naturalistas da expedição de Nassau. Ou foi por cá, também, que veio à luz os livros de Mourão, Rosa e Pimenta. Esses temas, sobretudo históricos, bem que poderiam ser incluídos no elenco de assuntos selecionados para o porvir das coisas.

É esse intercâmbio, em tudo salutar, pode contemplar, também, as diversas manifestações culturais e artísticas, promovendo estudos que sejam definitivos no tocante às origens dessas expressões da cultura local. Há

muito da arte para ser escrito e discutido; para ser lido, principalmente.

Paulo Freire, que inspira este número da Revista Estudos Universitários, a quem conheci pessoalmente numa das vezes em que estive na Universidade Federal de Pernambuco, foi um pioneiro, um antecipador social. Por isso, pelo pioneirismo e pela antecipação de suas iniciativas, pareceu tão ameaçador para o regime ditatorial. É assim, quando o homem pensa, mesmo sendo um cidadão simples, com toda certeza cria asas e torna-se capaz de exercer a cidadania. Tem condições de falar e de ser ouvido, mas sobretudo tem como fazer a escolha certa na hora do sufrágio nas urnas. E isso pode mudar e muda todo o contexto tradicional do eleitor de cabresto, do antigo coronel do interior, que mandava e desmandava, que indicava o candidato e até, como sucedia às vezes, deixava de revelar o nome sufragado, justificando que o voto era secreto. Isso desaparece no momento em que o matuto ou o homem nascido no esturricado dos agrestes aprende a ler e passa a se incluir no seio social.

O grande educador acabou com a velha frase das cartilhas de outrora: “A vovó viu a uva!”. Ora, a vovó da gente nordestina nunca viu uma uva sequer, antes se habituou a ver o sofrimento da fome, da desnutrição e da diarreia. Da mortalidade infantil, sobretudo, tomada como um fato

natural nos distantes rincões; natural e até importante, porque na crença do povo – a Igreja contribuiu para isso – os meninos falecidos viravam anjinhos protetores da família nos céus. Mas Freire não fez, somente, essa mudança no palavreado das cartilhas, tendo trabalhado especialmente no sentido de libertar o homem do jugo em que vivia, sob os grilhões da ignorância e do analfabetismo. Por essa razão promoveu a inclusão social da pessoa; da pessoa simples, humilde.

Quando Paulo Freire visitou a Universidade numa das vezes em que estive em Pernambuco, o cerimonial concedeu a palavra a um prefeito analfabeto. Ele subiu ao palco e disse: “Não tenho inveja de ninguém! Só tenho inveja de quem sabe ler!”. Na verdade, aquele político estava se queixando ali, em nome de todos os que vivem à margem da sociedade, porque não sabem ler e por isso mesmo não se integram à vida comunitária e social. Sendo assim, Paulo Freire, que não admitia fosse o homem frustrado em seus direitos mínimos, talvez tenha sido o introdutor do pertencimento entre as populações periféricas, marginais. E talvez tenha sido o mesmo educador o introdutor, também, do empoderamento social. O responsável pelo poder que pode ter e tem o cidadão comum no exercício de seus direitos e deveres.

ENTREVISTA

Um trabalho rico de possibilidades¹

A iniciativa de dar continuidade à publicação da Revista Estudos Universitários remeteu a uma memorável conversa-entrevista com o Prof^o. Jarbas Maciel², verdadeiro prodígio da cultura brasileira. Músico, matemático e filósofo pernambucano, nascido em 16 de maio de 1933, Jarbas Maciel estudou no Conservatório Pernambucano de Música, tendo sido aluno do Maestro Guerra Peixe. Bacharelou-se em Filosofia pela antiga Faculdade de Filosofia de Pernambuco e em Matemática pela Universidade da Pensilvânia em Filadélfia. Nos anos 1960 participou ativamente dos movimentos culturais da cidade, colaborando com o Serviço de Extensão Cultural da antiga Universidade do Recife (atual UFPE), criado por iniciativa do educador Paulo Freire. Após 1964 e o expurgo da equipe formada pelo escritor da *Pedagogia do Oprimido*, Jarbas continuou contribuindo com a universidade e com a produção cultural local, tendo sido um dos criadores do Movimento Armorial. Atualmente realiza pesquisa na área de Ontologia Formal (Teoria da Relação), campo filosófico no qual vem desenvolvendo um importante artigo. Quando indagado sobre o título que mais

¹ Entrevista realizada com o Professor Jarbas Maciel em 27 de novembro de 2009, por Miriam Vila Nova Maia, Dimas Brasileiro e Djanyse Mendonça. Endereço eletrônico de Miriam Vila Nova: miriamufpe@hotmail.com

² Endereço eletrônico do Prof. Jarbas Maciel: jmrecife@terra.com.br

Sobre a fundamentação teórica do sistema Paulo Freire publicada em 1963 na revista Estudos Universitários.

preza, responde: “o de ter sido aluno do maestro Guerra Peixe, um dos maiores compositores de vanguarda do Brasil, um dos mais importantes compositores dodecafonistas e um dos maiores folcloristas do país!”.

O objetivo foi chamar a atenção de Paulo e da equipe que nós estávamos lidando com uma coisa muito maior do que simplesmente um método. Não era só um método de entrar na sala de aula e alfabetizar. Toda a motivação da alfabetização é calcada em uma visão de mundo que está muito bem explicitada no chamado de Paulo. Então, a primeira intenção foi essa. Alertar que nós estávamos lidando com uma coisa bem maior. Em segundo lugar, a riqueza das ideias de Paulo, as ideias originais de Paulo, era tanta que me despertou um desejo de trazer para o método uma tecnologia lingüística que permitisse um trabalho que nunca tinha sido tentado no país. E que no frigar dos ovos nos faria realizar um grande, esse não era o ideal de Paulo, mas isso era uma grande advertência que ele não se cansava de fazer, é que a educação tem que ser permanente, não tem sentido você educar crianças ou só alfabetizar adultos e quando acabou, pronto, está acabado e “tchau”. A educação é um processo permanente. Então a gente pensava nisso, desenvolver um tratamento lingüístico, em cima das ideias originais de Paulo, que nos permitisse a conclusão. O primeiro trabalho que a equipe tinha quando ia alfabetizar uma comunidade de adultos era levantar o universo vocabular. Então nós queríamos alfabetizar e fazê-los progredir. Não era somente alfabetizar. A gente ia produzir livros com universos vocabulários de quinhentas, mil, duas mil palavras, e trabalhando toda literatura brasileira, José Lins do Rego, Jorge Amado, quem fosse. Era possível fundamentar? Claro! O trabalho era riquíssimo de possibilidades. Não era uma ordem, o método não precisava, era emoldurar o método dele em uma perspectiva mais ampla. Era um sistema de educação permanente de adultos.

O impacto do golpe na produção cultural e intelectual

Foi uma tragédia. Cada pessoa tem uma maneira de reagir a um golpe desse. Eu estava muito entusiasmado com esse trabalho, e quando essa coisa ocorreu foi um choque. É como eu digo, foi uma tragédia. É como se você tivesse levado um tiro na espinha. Você fica paralisado. E cada um tem sua maneira de reagir. Não se abalou, ah meu Deus, eu não gosto nem de falar nisso. (...) O Recife ficou pequeno, foi difícil viver aqui. O Jomard, Jomard Muniz de Britto, sempre foi um intelectual de luz própria, ele tinha seus próprios projetos, e está aí, até hoje ele está por aí. Eu simplesmente parei tudo. Parei tudo realmente. E os contatos que nós tínhamos na Paraíba, eles estavam empenhadíssimos nesses objetos vocabulários. Por que se você alfabetizar e deixar, acabou. Infelizmente é uma resposta muito trágica essa minha, não é?

Elaboração do projeto e criação da TV universitária

Foi extraordinário. Quando eu voltei dos Estados Unidos, eu estava mais ou menos desempregado. E fui convidado pelo pessoal da TV Tupi para fazer um curso com o bambambam da tv brasileira. (...) Eu saí da televisão. Mas meu primeiro trabalho aqui no Brasil foi na televisão. Eu retornei em 1960. No final de 1960. Então lá na televisão, eu conheci um sonoplasta, chamado Hugo Martins, que foi importantíssimo na TV Universitária. Aí quando Edimir Régis, teve que criar a TV e o rádio, ele veio me buscar para que ajudasse a fazer a rádio. Eu disse: “ih rapaz.. Você fazer uma rádio é complicado, por causa da qualidade”. Então ele falava, “vamos fazer”. Ele era preocupado com a continuidade. E tem tão pouca gente preocupada com a continuidade das coisas. (...) “Aí ta certo”, eu disse, “vamos fazer a rádio”. Aí ele tinha um material de música que queria levar ao ar. O Hugo adorava. Ele colocava na pastinha os discos. E o povo adorava. Um belo dia quando eu estou fazendo o programa, de noite, o Edimir Régis vem e joga uma pastinha em cima de minha mesa. “O que é isso?” perguntei. “É o orçamento para nós fazermos uma TV universitária”. E disse “Edimir, essa ideia é muito boa, mas tire o cavalinho da chuva porque isso é muito caro.” “Não, mas a gente consegue o dinheiro”, afirmei “Mas a universidade não tem dinheiro para isso”. Respondeu “mas a gente consegue e é você que vai fazer o projeto”. Isso foi em 1966, 1967... Dizia “Tem que ser logo, não pode dormir no ponto”. E eu chamei o Hugo e nós fizemos o projeto. E quando estava pronto nós fomos levar para o professor Murilo, o reitor. E ele quase chora. Pegamos ele de surpresa. Eu disse “Essa é a menina dos olhos do seu reitorado”. Ele pegou na hora. A tal ponto que na hora de fazer a concorrência para ver se era a Toshiba, a Sony, ele fazia pessoalmente as concorrências (risos). E saiu a TV Universitária. Por uma ideia de Edimir Régis. Ela está passando por uma reestruturação. E isso é bom. Agora é um problema, porque a TV Universitária é problema de fazer.

O Movimento Armorial

Fui chamado (*por Ariano Suassuna*) para colocar música nas peças dele. Aí a gente fez um concerto com a orquestra de cordas da sinfônica na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, a FAFIPE, ali na Nunes Machado, aí quando acabou o concerto eu peguei o instrumento, fechei na maleta e ia saindo então o Ariano disse, “senta aqui, senta aqui, rapaz vamos fazer o movimento”. E eu falei, “está certo, vamos fazer”. Aí fizemos. O Movimento Armorial tem um embasamento filosófico muito sólido sobre a forma de uma proposta estética genial. Mas institucionalmente não se encontrou. Você entra na casa de Ariano, é um santuário, um santuário de cultura. Gilberto Freire, hoje se fala muito pouco de Gilberto e foi uma das maiores inteligências do Brasil.

Paulo Freire

Olhe, o que eu posso te dizer, ele era um homem bom, é a primeira ideia que me vem e era profundamente culto. Ele era de uma inteligência brilhante. Paulo quando começava a falar, sei lá,

ele tinha uma técnica, ele colocava o auditório na palma da mão. Impressionante. Ele gerava uma empatia, ele levava a platéia aonde ele queria. Eu nunca me certifiquei disso, mas eu soube que Paulo, antes de fazer concurso para universidade, Paulo cantava serestas. Aqui em Casa Forte. Não é qualquer pessoa que tem essa sensibilidade, esse poder de comunicação, só podia resultar em uma coisa excelente.

César Leal e a retomada da Estudos Universitários em 1966

O César às voltas com a revista, e eu a todo o momento dizia a ele, “César, esquece isso. Faz a tua poesia”. E ele de fato estava fazendo o “Triunfo das Águas”, que é uma poesia massuda, tipo epopéia. Poemas grandes. E naquela ocasião já estava ganhando projeção internacional. Eu fiquei muito calejado. Eu me tornei uma pessoa muito descrente. É como se você casasse, tivesse filhos e colocasse-os nos melhores colégios da cidade. E depois você vai e tira eles do colégio e diz, acabou. Não se toca mais nesse assunto. Isso não existe.

ESTUDOS

Musicologia: Oportunidade para a Universidade Brasileira¹

Jarbas Maciel²

45

Estudos Universitários

Música, analisada de um ponto de vista estritamente filosófico – o que equivale a dizer que a generalização de seus conceitos fundamentais foi levada a seus limites extremos – surge como uma manifestação cultural cujas raízes são duplas. Uma ramificação afunda-se nos domínios, da atividade estética, ou seja, nos domínios da Arte propriamente dita. A outra ramificação está orientada em direção aos domínios da atividade científica. Música: arte e ciência.

Entretanto, o que se tem observado em sua longa e relativamente lenta evolução histórica é que somente a raiz estética – música como arte – foi desenvolvida com ampla liberdade e, como não deixa de ser curioso observar, com zelo e um ciúme já tradicionais. A raiz científica da Música tem sido, conseqüentemente, obscurecida, por vezes evitada, segregada até e, por fim, relegada a uma categoria de inferioridade perfeitamente anacrônica. É, hoje em dia, unicamente objeto de atenções e dos cuidados de fabricantes de instrumentos musicais, de engenheiros que dirigem “studios” de gravações eletro-mecânicas na América e na Europa e, finalmente, de um reduzido número de compositores e investigadores que

¹ Cópia do artigo publicado na primeira edição da Estudos Universitários, em 1962.

² Jarbas Maciel é professor aposentado do Departamento de Filosofia da UFPE. Conferir seu currículo na introdução do artigo “Um trabalho rico de possibilidades”, pág. 39. Endereço eletrônico: jmrecife@terra.com.br

procuram abrir novos caminhos estéticos com a Musicologia. Afora essas exceções, a pesquisa dos fundamentos científicos da Música tornou-se, para o grande público, um verdadeiro “tabu”. Ninguém – nem mesmo o filósofo – se sente mais à vontade para discutir, comparar, especular, pesquisar enfim tais questões. E não parece haver argumento capaz de afrouxar estes preconceitos centenários arraigados na mentalidade geral. Para os que sustentam semelhante posição – a grande maioria, aliás – Música, como de resto tudo o que cheirar a criação artística em geral, é algo intocável. Santuário que se deve observar a distância. A obra extensa dos grandes compositores é museu indevassável, misterioso e representa um amontoado de conquistas de cujo caráter fixo, imutável e eterno não se pode duvidar, nem mesmo cientificamente. Seria atrevimento, irreverência ou profanação impertinente. É como se todo um considerável setor do pensamento filosófico – a Estética, pura e aplicada – tivesse parado no século XVI e, ignorando Bacon e toda a grande revolução cultural que ele trouxe e que tem se desenvolvido sem perdas consideráveis de continuidade até os dias atuais, tivesse radicalizado suas posições em torno de um obscurantismo medroso, de um alheamento estúpido às tremendas mudanças da realidade histórica social que aí está, efervescente como nunca, profundamente fértil e trazendo dentro de si os germes poderosíssimos de uma época de grandes conquistas para a Humanidade. Observem-se como os demais campos da investigação filosófica evoluíram e se tornaram independentes a partir de então, constituindo as chamadas ciências particulares. Novos horizontes seriam, mais tarde, desbravados, como é o caso da Sociologia e, de um modo geral, das Ciências do Homem. Mas não assim com respeito à Estética. Esta nunca se especializou e nem vingou abandonar, de um modo geral, sua posição tradicional que, remontando à própria Antiguidade Clássica, estacionaria de uma vez por todas no estágio em que se achava ao abrir do século XVI. Limitou-se, quando muito, a adotar uma posição teórica e idealista em face da produção artística da humanidade – produção esta que se desenvolvia independentemente mesmo de qualquer auto-reflexão de caráter filosófico – numa evidente prova de seu isolamento medroso diante da realidade histórica e social. Consequentemente, hoje, a Estética (com raras exceções que se devem agradecer principalmente a alguns não-estetas ilustres, dinâmicos e realistas) limita-se a observar passivamente os resultados da produção artística contemporânea, chegando sempre depois e atrasada, com seus julgamentos amiúde *verbais* e subjetivos que somente concorrem para aumentar a onda de obscurantismo inútil que parece envolver o campo da criação artística. Em Música delineou-se, fracamente, a única reação concreta, dentro dos domínios da Estética, a semelhante estado de coisas: surgiu a Musicologia, a partir dos fins do século XIX.

Musicologia – ciência da Música. Apesar de ter nascido um pouco tarde, com a instituição em 1878 de um curso oral de História da Música no Conservatório Nacional de Paris, com a fundação

em 1895 da famosa “Schola Cantorum” e com a especialização crescente dos estudos de etnologia que indicavam claramente o novo ideal particularista que se apossava da Antropologia e da Sociologia, a Musicologia tem se constituído talvez no único ramo autêntico de investigação estética aplicada. Suas investigações têm caráter concreto e significação objetiva, dado que suas ramificações a relacionam com departamentos de conhecimento cuja importância é decisiva para a interpretação do homem, da sociedade e da natureza. Além disso, abre novos campos de investigação, relacionando com a Música várias ciências especializadas e aparentemente afastadas dos domínios da Estética. Parte da Física, que lhe dá subsídios para o estudo da acústica. Liga-se à Fisiologia, com o estudo do aparelho vocal e auditivo, e à Psico-fisiologia, com o estudo da mecânica de reações sensoriais e perceptivas diante dos estímulos sonoros e rítmicos. Envolve um vasto campo de estudos a bem dizer virgens no campo da Psicologia, aspecto este que parece mais direta e fundamentalmente ligá-la à estética propriamente dita. Junta-se à chamada Métrica, com o estudo matemático das chamadas configurações rítmicas temporais. Associa-se à História, para a qual contribui decisivamente com os estudos litúrgico e de cunho nacionalista. Representa, por fim, departamento fundamental das Ciências do Homem, trazendo, com os estudos sobre o folclore de todos os povos do mundo e com os chamados levantamentos musicográficos (gamas e escalas regionais) das mais variadas regiões do globo, uma contribuição preciosíssima para a Etnologia. Ainda, é possível que a pesquisa musicológica chegue a evidenciar, com um respeitável apoio científico particular e filosófico (estético), a pretendida união de todas as artes.

Seja como for, o fato é que a Musicologia continua a ser, ainda hoje, mal conhecida e instintivamente evitada pelo grande público consumidor dos produtos finais da raiz estética da Música. É o velho preconceito em ação, que já começa a fazer lembrar certo hipotético atavismo a condicionar toda a mentalidade musical do Ocidente civilizado dentro dos moldes europeus. O grande público musical ainda continua a temer a outra face da moeda, isto é, tudo o que se relacionar à raiz científica da criação musical. Pelo que nos propomos a mostrar, neste breve estudo, como semelhante atitude é falsa, inautêntica, ilusória, idealista e, por fim, inútil ao progresso mesmo da Música como um todo.

É que este mesmo público – musicalmente alienado – não somente consome os produtos acabados de uma intensa elaboração musicológica mais ou menos inconsciente mas, através de suas próprias tendências para o que é novo, para a renovação refrescante de velhas formas musicais do passado, *contribui* ele mesmo, inconscientemente, para a realização das inúmeras conquistas musicológicas e musicais que tem sustentado nos ombros o que de evolução a Música tem experimentado nesses últimos cem a duzentos anos. Trata-se, portanto, de fazer vir à luz – e principalmente aos olhos do público – toda essa intensa elaboração musicológica, trocando

miúdos os resultados dessas conquistas lentas mas certas que tem impulsionado para adiante a criação musical em todos os níveis (popular, semi-popular, técnico-programático e erudito) com bases diretas ou mais ou menos indiretas no folclore. A “alienação” musical desse público resalta claro como cristal quando se o vê precisamente contribuir, sem a mínima consciência disso, para realizar na prática musical o que se entende por inovação rítmica, melódica ou harmônica de formas presentes na tradição ocidental ou de caráter estritamente regional ou mesmo local. Nós temos, aqui no Brasil, um exemplo notável disto que acabamos de dizer com a chamada “bossa nova” em nossa música popular. O ritmo típico “bossa nova” é a realização de um grau a mais de assimetria rítmica dentro do ritmo de samba tradicional, com bases diretas em certas variantes de um ritmo chamado “xambá” nos nossos xangô e candomblé. É inovação rítmica legítima, perfeitamente enquadrada dentro das tendências atuantes da evolução musical afro-brasileira. É não somente um fato musical impressionante, como também uma prova soberba de nossa vitalidade musical. Música no Brasil – seja ela popular ou erudita – é algo vivo, atual, dinâmico, autêntico. A chamada “bossa nova” é, ao mesmo tempo, etnológica, histórica e socialmente autêntica e válida. Isso principalmente quanto ao seu fraseado rítmico, de efeito africano direto. Quando à melodia e à harmonia, representa a “bossa nova” uma fusão a princípio desconcertante e improvável de duas correntes ou tendências atuantes no seio da música brasileira. Uma, que procura restabelecer uma linha melódica recortada, parecida com a antiga serenata romântica de nossa música popular de 40 a 50 anos atrás. A outra, que superpõe a essa melodia recortada, rebuscada às vezes, uma harmonia essencialmente cromática, riquíssima e de um poder antes nunca visto em nosso populário. É uma harmonia difícil, às vezes, para o ouvido do povo ainda não acostumado, por conter um alto teor de tensão dissonante e uma densidade sonora mais complexa do que a utilizada por Debussy ou Ravel.

É como se o povo sentisse em que direção deve marchar o progresso, a renovação dessas formas já estabelecidas por um passado musical mais ou menos contínuo e, com as próprias mãos, sem o saber, molda através de seus autênticos representantes – os verdadeiros compositores (populares, semi-populares e eruditos) que têm realmente o que dizer – os destinos da canção brasileira. É que a música, como tudo o mais, não pode parar historicamente. Avança, como na “bossa nova”, através de uma estranha alquimia: mistura do velho (linha melódica recortada, à maneira de nossas antigas serestas, que imortalizaram um Xisto Bahia, um Heitor dos Prazeres ou um Ernesto Nazaré) com o novo (estrutura harmônica vertical cromática, mais densa do que as harmonias dos impressionistas franceses). A período de relativo desfazimento, como ocorreu logo após a Segunda Guerra com a excessiva influência norte-americana (veja-se a ausência de ritmo, por exemplo, em toda a produção popular dominada por Dick Farney e Lúcio Alves), impõe esse mesmo estranho alquimismo períodos de afirmação

do nacional (veja-se, na “bossa nova”, uma retomada de marcação rítmica extraída ainda morna de nossas raízes culturais africanas). Situações como essas evidenciam, antes de tudo, vitalidade musical de um povo. Não admira que, neste momento, a música popular brasileira – e não somente nossa música erudita – tenha tomado conta das platéias europeias. Guerra Peixe em reportagem radiofônica recente, após classificar a chamada “bossa nova” como “a melhor coisa surgida ultimamente na música brasileira”, acrescenta o seguinte comentário: “As combinações harmônicas, que até a pouco se vinha tornando cópia servil de padrões cosmopolitas, vão agora criando aspectos surpreendentes. O que resta do impressionismo francês (lembro Debussy e alguma coisa de Ravel) – harmonias que nos EE. UU. Não passaram de simples adaptações exteriores – vem no Brasil adquirindo alguma personalidade. Aliás, no que tange às relações entre melodia e harmonia, convém, a título de ilustração, salientar o seguinte: depois de Gershwin, Ellington e Porter, a música popularesca norte-americana estacionou, sem que até o momento se verificasse a mais leve manifestação de renovação; antes descambou para o virtuosismo do “bebop” e para o desenvolvimento supérfluo da orquestração, no fundo simples artesanato profissional, jamais criação autêntica. Na música bossa nova, a harmonia é modulante e parte intrínseca da composição, tornando-se um valor estético de indubitável validade. E a melodia adquire maior expressão exatamente naqueles momentos quando a harmonia (acordes) cria determinadas condições”. A que se deve, fundamentalmente, semelhante vitalidade? Ao povo, sem dúvida alguma. Mas, tudo isso ele faz sem saber! Exatamente por isso é, musicalmente, alienado. Os próprios músicos e demais profissionais – professores, instrutores, arranjadores, compositores, etc. – se acham, via de regra, neste estado de inconsciência diante das correntes musicais históricas que os carregam a todos, quer queiram ou não, quer disso tenham conhecimento ou não.

De fato, não é raro presenciar-se um culto exagerado do passado. Ensina-se música, em geral, como um fenômeno eternamente envolto em mistérios insondáveis. Os grandes compositores são en-deusados e suas obras, impropriamente analisados, tornam-se amíúde pouco menos do que incompreensíveis. Teriam criado música longe do povo, divorciados do popularesco e através unicamente de uma sutilíssima inspiração que vinha misteriosamente “do alto”. Ninguém se dá ao trabalho de dizer que a própria polifonia ensinava seus primeiros passos no medievo, dentro de catedrais e organizações monástica para, logo depois, ganhar as ruas e ser arremedada pelo populacho cujos ideais musicais tão bem incorporavam os menestréis ambulantes, “troubadours” e “trouverses” que povoam toda a produção literária da época. Nesse foco de criação popular intensa é que beberam os grandes – mas infelizmente já esquecidos – paladinos da música bizantina (séculos X a XIII, notadamente), em cuja obra se encontram muitas das constantes musicais da Idade Média que, muito mais tarde, com os impressionistas franceses, movidos pela “Scholla Cantorum”, serviriam de “pistas”

na busca desenfreada pelas raízes nacionalistas da criação musical francesa, espanhola, etc. Entretanto, o alheamento à realidade histórica da criação musical persiste, teimoso e cego. A inconsciência e a falta de crítica diante das verdadeiras correntes musicais históricas, do passado ou do presente, dos países estrangeiros ou de nosso próprio país ainda dominam grande parte do público musical de nossos dias. E mal seculares que atingem auditórios e músicos profissionais, indistintamente.

Observe-se, a este respeito, como raro é o instrumentalista que parece enxergar além dos símbolos e da notação das partituras musicais, como também além das possibilidades das “máquinas sonoras” que manejam com eficiência. Falam, por exemplo, em “estudar” ou “executar” música quando, em realidade, apenas parecem reduzir seus horizontes estéticos à simples manipulação de uma máquina musical destinada a dar expressão sonora a símbolos e sinais convencionais registrados num pentagrama. Raro é o músico profissional que, às custas de sua própria reflexão, está capacitado a adotar uma posição crítica, por exemplo, diante da validade destes símbolos e sinais convencionais com que se registram ritmos, melodias e harmonias no papel de música. Sua grande maioria acredita nesta validade como se ela fosse um dado “a priori” da razão. O próprio estudante de composição acredita estar, de fato, estudando música quando, em última análise, toda a sua atividade reduz-se a puro mimetismo inconsciente, através do qual ele aprende o manejo dito “correto” daqueles símbolos e sinais dogmáticos e muitas vezes enigmáticos, que os instrumentistas mais tarde traduzirão em sons. Via de regra, o estudante de composição não tem independência nenhuma, não tem autenticidade nenhuma. Obrigado a ficar voltado para o passado, perde contato com *sua realidade* histórica e social específica, que é a de seu povo, de sua terra, e, sem poder viver aquele passado porque não pode ter a mesma perspectiva que animava os grandes mestres que, agora, procura em vão imitar, entra em franca crise ao sabor das mais descontraídas e violentas contradições. Uma vez em crise, só lhe resta uma alternativa: enveredar pelo curiosismo musical que se faz passar, atualmente, por “música moderna”, ou música “atonal”, politonal, microcromática ou simplesmente “música concreta”, afundando-se num cerebralismo mais cedo ou mais tarde fracassado. Perde-se, assim, num desfazimento musical que não encontra a menor repercussão no seio do povo, antes afugenta-se. Tanto auditórios intérpretes como compositores, privados de uma visão crítica que, ela somente poderá salvá-los do “caos” musical, já que mais parecem se dar conta de que, o quanto de tentativas e experiências musicais têm sido feitas no Ocidente até hoje representa apenas ínfima proporção do que, em realidade, resta por desbravar e conquistar neste imenso oceano que é a musicologia pura e aplicada. A idéia de que, depois de Franck Debussy e Ravel de um lado, Stravinsk e Shostakovich do outro, pouco resta por “descobrir” em música é não somente uma noção falsa, mas reflete fundamentalmente a mentalidade de *crise musical* que se apossou

do mundo europeu ocidental em pleno século XX. Referimo-nos ao chamado mundo europeu ocidental em separado por estarmos convencidos da evidência histórica que assinala indícios inegáveis de uma surpreendente vitalidade musical em certos países orientais, principalmente naqueles que realizaram a experiência socialista e, também, significativamente, naqueles países desenvolvidos onde a influência africana tem sido fator determinante de formação de cultura, como é o caso particular dos países centro e sul-americanos. Ora crise musical – isto é, crise de criação musical em todos os níveis: popular, semi-popular e erudito – pois bem, crise musical parece ser um, dentre os diversos aspectos da crise maior que tem abalado ultimamente o mundo ocidental. Mas nem por isso vem a ser crise musical mundial, em sua totalidade. A exceção são, felizmente, inúmeras e bastante refrescantes.

Não seria nenhum exagero afirmar ser a Musicologia a solução natural para o problema de crise que envolve o Ocidente musical como um todo. Ela já o é, em países ocidentais de colonização europeia – em que esta crise não é *real*, historicamente, mas *importada* – e onde o compositor *faz* análise musicológica, consciente ou inconscientemente, tanto para poder sobreviver como para ter o que dizer. Liga-se, assim, o compositor, através de um compartimento da Etnologia, ao complexo antropológico que o sustenta, bebendo diretamente na fonte. Sua obra tem razão de ser, tem futuro, tem significação e, o que é mais importante, encontra sua plenitude no outro pólo da criação estética, isto é, no povo, nos ouvintes, nos auditórios. Daí o tremendo poder da onda nacionalista musical que invadiu a Europa a partir de seus dois focos mais poderosos – a França e a Rússia – e fazendo com que os músicos de países subdesenvolvidos se voltassem criticamente para suas verdadeiras raízes culturais, no seio da massa popular. De fato, nacionalismo, como atitude de fora para dentro, de cima para baixo, sem raízes concretas no seio do povo, dos destinos históricos desse povo, nacionalismo como simples maneira de buscar originalidade e exacerbar ainda mais um individualismo doentio inimigo do que pertence, de direito, a todos, como é a música, como são as danças, os folguedos e demais manifestações típicas do homem em sociedade, pois bem, tal “nacionalismo” nada mais poderá representar do que ridículo amadorismo saudosista, condenado ao esquecimento.

Em outras palavras: é preciso orientar a quantos fazem da música objeto de seus interesses no sentido de uma crescente valorização de seu aspecto mais científico, única maneira racional de se contornar a crise que, de qualquer maneira, já ai está há mais de meio século. Que a atividade estética legítima exige inspiração, gênio, talento, eis o que não se poderá jamais negar. Mas inspiração, gênio de talento não devia bastar para inibir um estudo racional, sistemática e conseqüente do fenômeno musical em seus mais variados aspectos, inclusive sob a forma de interpretação e criação. Inspiração é algo difícil de controlar e muito mais difícil de definir.

É qualquer coisa imprecisa, imprevisível e, até mesmo, misteriosa. Mas, perguntamos: por causa disso haveremos de abandonar toda a pesquisa estética, toda a elaboração científica e filosófica a respeito de uma atividade que a envolve e subentende em alto grau, e cuja fertilidade para o progresso de conhecimento humano do homem já foi demonstrada além de qualquer dúvida? Claro que não. Os fenômenos psicológicos não são menos indefiníveis, imprecisos, imprevisíveis e misteriosos, mas nem por isso deixa de haver uma ciência particular, especializadíssima e importantíssima – a Psicologia – dedicada ao seu estudo.

Concluamos, então. Se a Música admite, de fato, aquelas duas raízes, isto é, se é ao mesmo tempo Arte e Ciência; se a Musicologia, como reflexão ao mesmo tempo filosófica (estética) e científica (particular) diante do fenômeno musical é não apenas válida mas já se tem constituído em importantíssimo setor da pesquisa etnológica; se o nosso contexto histórico e social como país subdesenvolvido, de colonização européia e profunda miscigenação racial mormente com o elemento negro africano, envolve, sustém e dá vida a uma manifestação musical dinâmica, continua, sempre se renovando ao mesmo tempo que o nosso povo mais se afirma como povo e como nação, pois bem, tudo isto posto, a quem mais caberia a responsabilidade de coordenar todo este conjunto a fim de não somente analisá-lo e interpretá-lo mais também resolvê-lo e colocá-lo ao serviço consciente de nossa realidade, senão à Universalidade brasileira? Justifica-se amplamente, portanto, o título deste artigo, uma vez que não somente ressalta clara a oportunidade da inclusão dos estudos de Musicologia nos currículos universitários, como também evidencia-se a urgência de que a Universidade Brasileira, tornando-se cada vez mais autêntica, ataque problemas novíssimos e de caráter eminentemente nativo, no seu esforço de emprestar sentido às mais diversas manifestações da realidade social a que deve, antes de tudo, servir.

Referimo-nos, mais de uma vez, ao “tabu” diante da raiz científica da Música, ou seja da Musicologia, e também ao alheamento de nosso público musical face aos problemas que o desenvolvimento de um povo como o nosso suscita nos mais variados setores da atividade humano, em especial no setor da criação musical. Fomos mais longe até, ao incluirmos no imenso rol dos alienados sócio-culturais músicos profissionais, professores, instrutores, orquestradores e compositores. Não cremos que tenhamos exagerado as coisas. A alienação existe, profunda, perigosa, anestesiante, inimiga de todo progresso e de toda a renovação. Pois bem, resta-nos apontar o que, após já boa parcela de estudos e observações nestes e em outros países, se nos afigura como solução para a erradicação total daquele “tabu” e daquela alienação. É a Universidade brasileira que – ela somente – poderia re-integrar o homem em toda a plenitude de si mesma, em toda a plenitude de sua própria vida, através de sua re-educação crítica e de sua situação em uma realidade cuja reformulação partiu precisamente de si mesma.

RESUMÉ

La musique, considérée d'un point de vue strictement philosophique, se présente comme ayant une double racine, étant donc une science et un art. La musicologie est exactement cette racine scientifique de la musique, quelque chose de généralement inconnu du grand public. Il arrive ainsi parce que la musique comme science a été longtemps regardée comme une espèce de "tabou" L'esthétique', qui semble s'être arrêtée au stade où elle était arrivée au XVI^e siècle, n'ayant pas suivi le développement contagieux et la spécialisation de toutes les autres sciences (spécialement les sciences de l'homme), peut être actuellement rafraîchie, et l'est en effet, par les études musicologiques réalisées par plusieurs centres universitaires dans le monde entier. La raison pour laquelle la musicologie peut remplir ce rôle, et elle est déjà en train de le remplir, est que son champ de recherche est extrêmement large, englobant pratiquement tous les arts et les sciences. Mais ce "tabou" ne semble pas être un fait, isolé; étant plutôt un aspect de l'aliénation culturelle de ce même public. Partout, au même temps que le public donne des signes très définis de cette "aliénation musicale", Il contribue inconsciemment mais concrètement au processus de "désaliénation" de la culture, qui a été entrepris dernièrement par plusieurs pays sous-développés dans le monde. Cela arrive apparemment moyennant l'évolution de la musique populaire et folklorique. C'est le cas, par exemple, de la musique soi-disant "bossa nova" aujourd'hui au Brésil. "Bossa nova" est considérée comme un signe très défini de vitalité dans la création musicale au Brésil. Cette vitalité jaillit spontanément du peuple, aliénée ou non, mais elle est un défi pour les systèmes pédagogiques, Il y a longtemps établis et jusqu'à nos jours maintenus, ici et dans la plupart des universités latino-américaines. Des systèmes qui semblent être en grande partie étrangers aux nouveaux problèmes et situations nés, naturellement de notre développement. Ici apparaît précisément une des opportunités et des responsabilités les plus urgentes de l'Université au Brésil, lutter pour que la musique érudite brésilienne ne soit pas en retard ou isolée des activités artistiques populaires. Pour beaucoup de pays sous-développés, avec une grande influence culturelle africaine, ce défi n'est seulement un problème qui se présente évident à qui est engagé dans la bataille du développement et du progrès de sa nation, mais il est aussi une répercussion de la crise musicale du monde occidental au siècle présent. Ayant une immense vitalité et une source pratiquement intarissable de matériel et d'idées nouvelles, dans un folklore vivant et dans un art populaire dynamique, la musique de ces pays ne peut pas accepter ou faire sienne cette crise. Elle est dorénavant forcée, pour ainsi dire, à se "désaliéner", c'est à dire, à se faire authentique et à quitter l'imitation. Cela ne peut être fait sans l'Université, qui doit mettre la musicologie dans ses "curricula" et prendre à sa charge la tâche de centraliser et de coordonner tous les efforts dans ce but, ce sera quelque chose, en effet, d'une très grande opportunité pour le Brésil, se jours-ci.

ABSTRACT

Music, considered from a strictly philosophical point of view, is presented as having a double root, being therefore both a science and an art. Musicology is precisely this scientific root of music and something generally not known to the great public. It has become so because music as a science has long been looked upon as some sort of “taboo”. Esthetics, which seems to have stopped dead at the stage at which it was from Classical Antiquity up to the 16th Century, not following the contagious development and specialization of all other sciences (in especial the Sciences of Man), could be and is actually being considerably refreshed by musicological studies taken up by several University centers all over the world. The reason why Musicology could do and is already doing this job is that its field of inquiry extremely wide, encompassing practically all arts and sciences. But this “taboo” does not seem to be isolated fact, being rather but one aspect of the cultural alienation of this very same public. However, at the same time that the public is shown to yield very definite signs of this “musical alienation”, it unconsciously (but concretely) contributes to the process of desalienation of culture which has lately taken hold of most underdeveloped countries the world over, and this it apparently does through the evolution of popular and folk music, as it is the case, for example, of the so-called “bossa nova” music in Brazil today. “Bossa nova” is then analysed and furthermore considered to be a very definite sign of vitality in musical creation in Brazil. This vitality stems spontaneously from the people, alienation or not, but meets a challenge in the long established pedagogical systems now still in use here and in most of Latin American universities, systems which seem to be to a great extent alien to the new problems and situation brought naturally about by our development push. Here lies precisely one of the most urgent opportunities and responsibilities of the University in Brazil, lest Brazilian erudite music lag behind and get out of phase and isolated from popular artistic activities. To most underdeveloped countries with a great deal of African cultural influence, this challenge is not only a problem which faces whoever is committed to the cause of the development and progress of his nation, but also a repercussion of the musical crisis of the Western World in the present century. Having a tremendous vitality and a practically inexhaustible source of new material and ideas in a living folklore and a dynamic popular art, the music of these countries cannot accept or make its own this crisis, being therefore forced, so to say, to desalienate itself, that is, imitative. And this cannot be accomplished unless the University, through the inclusion of Musicology in its curricula, takes onto itself the task of centralizing and coordinating all the efforts towards such an end, something indeed of a very crucial opportunity to Brazil these days.

A concepção de transformação social e de emancipação na extensão universitária: em busca de novos rumos

Sonia Regina Mendes dos Santos¹

55

Estudos Universitários

Resumo

Esse artigo discute aspectos do Plano Nacional de Extensão para a institucionalização da extensão, a partir da análise do conceito de transformação social, entendo-o como constitutivo do ideário político das atividades da extensão, porém insuficiente para mobilizar e organizar as atividades da extensão. Nesse sentido, apóia-se em diferentes entendimentos sobre o conceito de emancipação, compreendo-os como desafiadores e pertencentes a diferentes formas de luta presentes em diversas manifestações de sujeitos sociais, nos vários lugares, formatos e sentidos, apropriados pelas várias culturas em defesa de um mundo mais justo e fraterno. Por meio do conceito de emancipação vislumbra-se uma nova diretriz para a extensão capaz de reconhecer e deflagrar junto a estudantes, docentes e participantes das atividades extensionistas a superação de determinadas condições sociais excludentes.

¹ Professora Adjunta do Curso de Pedagogia do Programa de Pós-graduação – Curso de Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação das Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/UERJ. Endereço eletrônico: profsmendes@uol.com.br

Palavras-chave: Extensão – Institucionalização – Transformação social – Emancipação

1. O que preconiza o Plano Nacional de Extensão?

De acordo com o Plano Nacional de Extensão 1999-2001 (SESU/MEC: 1999, p. 1), a extensão se caracteriza como processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Pela extensão a universidade encontra a sociedade e vê na oportunidade a elaboração/reelaboração/construção do conhecimento através da prática. Sendo que o retorno à Universidade será a ampliação do nível do conhecimento anterior. De acordo com o Plano Nacional de Extensão, a extensão é “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população, que possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes”.

A extensão universitária se apresenta, então, como resultado da articulação com o ensino e a pesquisa, como instância capaz de identificar, fortalecer e legitimar o papel de universidade em sua relação transformadora entre universidade e sociedade.

“A Universidade como uma das expressões de organização e funcionamento da sociedade, deve relacionar-se construtivamente com o mercado e com os governos. No entanto, o horizonte da Universidade vai muito além disso, [...] não pode ser assistencialista, paternalista. O seu compromisso deve ser com a formação da Cidadania.” (Franz, W, 2005).

Ao interagir com a realidade, a extensão se apropria do conhecimento popular e das necessidades reais da sociedade, o que possibilita de certo modo, construir um conhecimento técnico e científico voltado a soluções de problemas. Mas, o que será que ocorre de fato pela função da extensão na sociedade? Cabe a extensão definida como espaço de produção do saber advindos da aproximação efetiva entre a realidade e a universidade, conduzir-se pela idéia de contribuir para a transformação social? Que sentido damos as atividades extensionistas que nos asseguram afirmar nossa contribuição na transformação social? O conceito de transformação social seria o mais pertinente à atividade extensionista?

Diante dessas questões é importante partir da compreensão da Extensão como elemento processual e essencial que caracteriza as funções sociais e acadêmicas desenvolvidas pela universidade. Sua

ação de modo geral busca possibilitar o acesso pela comunidade externa ao conhecimento produzido nos diversos setores de ensino da universidade, o que não está assegurado é que necessariamente tais atividades de extensão permitem uma inter-relação com a comunidade no sentido de sua transformação. De um modo geral, o que caracterizou por longo tempo a extensão foram as práticas assistencialistas. Se no discurso parece que superamos essa etapa da extensão, o que pode nos indicar que estamos a caminho da transformação social?

A extensão tem sido de sobremaneira entendida como forma de intervenção social, possibilitando a disseminação e socialização do conhecimento produzido para além dos espaços acadêmicos, visando atender as necessidades comunitárias. Diante da grandeza das demandas sociais que as universidades podem interferir, ao mesmo tempo, que se pode verificar as possibilidades e maneiras circunscritas de seu quadro de professores e discentes identificados com a causa e capazes de conduzir o processo, alentados por um conjunto de diretrizes e idéias cabe como indagação, a princípio por razões ideológicas e seguida de razões mais práticas, interpelar sobre a propalada idéia de transformação social que temos cultivado na extensão.

Um aspecto central nesses debates sobre as finalidades da extensão sempre foi a tentativa de superar o caráter assistencialista de suas práticas. Durante década e até os dias atuais o “social” da universidade, esteve reduzido ao assistencial, a oferta de prestação de serviços de saúde e educação. Como o intuito de melhor preparar os seus estudantes e atender as demandas da comunidade local, a extensão incumbiu-se de trazer para a universidade atividades que seriam de órgãos sociais públicos sem a devida contextualização educativa e científica marcadamente de visão extrínseca e compensatória de cidadania.

Com origens nos movimentos estudantis e de docentes militantes em busca do diálogo com a sociedade, certamente a extensão universitária tem se constituído como espaço importante na construção de um conceito de universidade como um bem público. Contudo, cabe ainda ser repensada a luz das próprias diretrizes conclamadas por meio do Plano Nacional. O que a sociedade espera da universidade e o que efetivamente ela é capaz de oferecer, fazer, comprometer-se?

Nesse sentido, a questão será priorizar e criticar a direção assumida no Plano Nacional pelo ideário de transformação social, que assume identificar a universidade como capaz de gerar impacto, de maneira que efetivamente promova mudança social. De forma a aprofundar o entendimento dessa diretriz optou-se por trazer a tona uma concepção politizada sobre o tema de modo a argumentar em prol de uma extensão mais identificada com a emancipação dos sujeitos.

2. Transformação social ou Emancipação? A universidade desafiada.

Não seria papel da extensão formular alternativas para as soluções dos problemas sociais? E, por vezes, exemplificar e desdobrá-las em análises das políticas públicas? Qual seria uma diretriz mais viável para extensão?

De antemão vale anunciar que não se está renunciando a esse ideário, mas ao mergulhar nos entendimentos sobre transformação social, encontrar pistas para que a extensão possa assumir mais claramente proposições para o seu desenvolvimento na universidade e na sua relação com a sociedade. Cabe ainda destacar que para reavaliar a institucionalização da extensão e fornecer indicadores para o seu processo avaliativo é essencial uma política clara que inclua conceitos e diretrizes consistentes ao trabalho a ser desenvolvido.

O processo de transformação social tem nos autores mais clássicos da sociologia (Marx, Weber), cada um a seu tempo uma importante compreensão da dinâmica da sociedade.

O processo de transformação social, no entendimento de Karl Marx (2001), está estreitamente relacionado com as contradições e com as lutas de classes que se desenvolvem na própria base material da sociedade. Trata-se de uma concepção que contempla uma relação dialética entre infra-estrutura e superestrutura, entre ser e consciência, enfim, uma relação onde o homem é considerado como sujeito ativo no processo; um sujeito que, dentro de certas circunstâncias, influi na transformação social. Assim, pode-se dizer que, para Marx, a transformação social ocorre numa determinada consciência, fruto das contradições que se manifestam na base material da sociedade que leve aos homens conservar ou modificar a realidade social.

Para explicar melhor seu ponto de vista sobre a transformação social no mundo capital, Marx entende que os trabalhadores dispersos no início do capitalismo sem consciência das condições degradantes de sua existência somente ao longo do processo adquirem a consciência política de sua condição de explorados e dominados. Como o desenvolvimento das forças produtivas desenvolve-se, por um lado, a classe dos capitalistas e, de outro lado, a classe proletária. De um lado, uma classe que quer manter as suas condições privilegiadas de existências, de outro lado, uma classe que pretende

promover mudanças profundas em suas condições degradantes de existência. O desfecho dessas contradições entre forças produtivas e relações de produção e antagonismo de classes vai depender das circunstâncias históricas. Uma transformação mais radical da sociedade emergiria na medida em que a classe dominada, tivesse como classe organizada, empreendido mudanças significativas nas relações de produção, desencadeando uma revolução social. No bojo do capitalismo, classes sociais com interesses antagônicos lutariam entre si para conservar ou transformar a sociedade existente.

Na concepção de Weber (1983), a transformação da sociedade ocorre nas lutas entre as diversas ideologias, entre as diversas visões de mundo. Uma nova visão de mundo se destaca entre as demais, conquista novos adeptos e se propaga no meio social, e no sentido por ela postulado, conserva ou transforma o mundo. A condição de transformação está condicionada as noções de carisma, posição social e situação de classe.

O carisma como propriedade individual e não uma propriedade adquirida por determinado indivíduo sob determinados condicionamentos sociais, explicaria a criação de ideologias ou as visões de mundo. Weber define carisma como uma “qualidade excepcional de uma pessoa” (Weber, 1983 a, p. 340); dons considerados como sobrenaturais, não acessíveis a todos (Weber, 1983 a, p. 223). É por meio do carisma que o indivíduo – na qualidade de profeta, líder partidário, herói, etc. – produz idéias inovadoras, dando origem e evolução das ideologias particulares. Como ponto de análise o autor analisa que a transformação social do feudalismo para o capitalismo pode ser explicado pela postura racional disseminada pela ética protestante que se proliferava junto a outros condicionantes. O capitalismo apoiado nas idéias da ética protestante de desenvolvimento dos interesses materiais, penetrou nos grupos sociais predispostos a assumir a nova conduta, o novo ethos da racionalidade prática.

No âmbito dessa discussão, a extensão universitária dada suas atividades deveria se converter em campo específico no desencadeamento de processos de conscientização das classes ou se aliasse a partidos políticos identificados com a luta de classes, ou ao menos, na promoção de idéias visando a superação do homem egoísta em homem coletivo.

Do ponto de vista weberiano, a crença seria subverter a lógica racionalista, em função da formação de uma mentalidade mais humana e solidária. Assim, vale considerar que a diretriz extensionista que proclamam a transformação social, mas não identifica por qual orientação teórico – conceitual balizar um conjunto de práticas e atitudes, assume-se mais como discurso do que orientadora de práticas.

3. A Emancipação como possibilidade.

Para essa discussão, buscou-se fundamentar o conceito de emancipação a partir dos pensadores da Teoria Crítica, em especial Adorno, Freire e Boaventura Santos.

Na obra *Educação e Emancipação* (2000), Adorno recoloca o desafio para o processo educacional fazer oposição a barbárie a partir de uma educação capaz de promover a emancipação.

Para Adorno (2000), a possibilidade

[...] reside na sociedade e em sua relação com a escola [...] Enquanto a sociedade gerar a barbárie a partir de si mesma, a escola tem apenas condições mínimas de resistir a isto. Mas se a barbárie, a terrível sombra sobre a nossa existência, é justamente o contrário da formação cultural, então a desbarbarização das pessoas individualmente é muito importante. A desbarbarização da humanidade é o pressuposto imediato da sobrevivência. Este deve ser o objetivo da escola, por mais restritos que sejam seu alcance e suas possibilidades (ADORNO, 2000, p. 116-117).

Como a barbárie se apresenta ao homem não pela obviedade, mas por meio de um conjunto de imposições, compromissos e valores impostos, é preciso para combatê-la por meio da educação em compreender seus fatores psicológicos. A desbarbarização implica em ensinar aos jovens a respeitarem o outro, o diferente, a viverem uma educação mais humana, sem competição. Depreende-se que a educação para a emancipação precisa ser inserida não apenas no pensamento, mas na prática educacional. Neste sentido, a escola deve funcionar como um local privilegiado de reflexão contra atitudes preconceituosas, discriminatórias e opressivas. Contudo, estamos diante do mundo capitalista que conclama uma educação que estimula a competição. O que pode ser feito?

Romper com esse paradigma é o que se pode fazer no enfrentamento da lógica da dominação. Ao manter a competitividade como instrumento central da educação continuaremos a ter a barbárie, a exclusão, a legitimidade de uma cultura que predomina sobre a outra, um dominador e muitos dominados. A cultura da competição e do mérito torna a escola lugar de formação de futuros autoritários.

Em Freire (1991), destaca-se que mesmo reconhecendo que o projeto da emancipação humana só seja efetivado numa sociedade socialista que transcenda o modelo negativo do socialismo soviético, reconhecia no contexto real de miséria, injustiça e opressão, as condições materiais para a emancipação. No entanto, a emancipação

humana é fruto da uma luta interrupta, uma conquista efetivada pela práxis humana, uma luta em que o processo de emancipação contempla o processo de humanização tanto do oprimido quanto do opressor. Essa luta unicamente tem sentido quando os oprimidos ao buscarem reconstruir sua humanidade, não se tornam opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de ambos. “E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores.”(FREIRE, 1991, p.30): “A libertação, por isto, é um parto[...] O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos” (FREIRE, 1991, p.35).

Em seu projeto de educação, Freire almeja a libertação, a humanização e emancipação, reconhecendo que a natureza humana se constitui social e historicamente e que o homem vocacionado a liberdade, busca incessantemente espaços de autonomia. A emancipação consiste num fazer cotidiano e histórico permeado de desafios e possibilidades, mas que, no entanto, não pode se proposta pela classe dominante, mas por aqueles que sonham com a recriação da sociedade. Assim, no contexto da sociedade capitalista, há muitos limites ao processo de emancipação humana. Esta emancipação será sempre um processo em construção, um devenir. Nesse sentido, a emancipação humana no pensamento de Freire é um vivenciar cotidiano, não um projeto a ser concretizado somente num futuro longínquo, inclusive para ser construído e vivido por outros. Portanto, as práticas emancipatórias da humanidade se efetivarão ao mesmo tempo no cotidiano e na história. Ocorre em casa, nas relações entre pais, mães, filhos, filhas, na escola, nas relações de trabalho, espaços fundamentais que possibilitam aos seres humanos o exercício do processo de emancipação.

Mas, de que forma os projetos extensionistas são ou podem ser emancipatórios? Uma das perspectivas de Freire coloca-se sobre o conhecimento crítico da realidade, não com os olhos ingênuos de que tudo pode ser mudado, nem com o pessimismo que imobiliza, é preciso assumir a educação com suas limitações, mas também como tudo que reúne de possibilidades. Nesse sentido, Freire argumenta contra a concepção bancária de educação, como uma educação que não promove a emancipação, ao contrário, reduz o ser humano ao “autômato”, que constitui a negação de sua ontológica vocação de ser mais. Uma concepção de homem como ente vazio, a quem o mundo preencha de conteúdos, constituído numa consciência particularizada, mecanicistamente compartimentada. A superação da sociedade não se verificaria pela educação bancária que reflete a sociedade opressora. Em seu lugar, Freire propõe uma concepção dialógica da educação fundamentada numa compreensão problematizadora do ato de conhecer e a intencionalidade de mudar o mundo.

A sociedade que aí está impõe sua cultura, e o projeto de emancipação humana de Freire resgata o direito e o respeito as diferenças,

entendo-os como advindos das desigualdades sociais. Mas a universidade vem refletindo sobre as práticas educativas que institui nas atividades extensionistas? Como tais práticas se apresentam? Que valores defendem? Refletem sobre o diálogo crítico entre as culturas, potencializando formas mais humanas de convivência ou são mais uma instância de poder exarcebado de uma cultura sobre a outra?

As práticas extensionsitas numa perspectiva emancipatória, reconhecem que o simples direito à diferença entre as múltiplidades de culturas é insuficiente, é preciso estar a favor da transformação das condições e situações de vida e de existência das maiorias destituídas de poder econômico, social e político.

Boaventura Santos apresenta de forma singular uma nova concepção de emancipação. Esta perspectiva nasce do aprofundando da teoria democrática, que contempla uma nova equação entre subjetividade, cidadania e emancipação. Segundo este pensador, no contexto atual, a globalização embora hegemônica vem sendo confrontada com uma visão alternativa a globalização, contra hegemônica realizada por um conjunto de movimentos e organizações que através de vínculos lutam em favor de um mundo melhor, mais justo. O socialismo encontra-se liberto da caricatura grotesca do “socialismo real” e torna-se, portanto, disponível para voltar a ser a utopia de uma sociedade mais justa e de uma vida melhor para todos.

No contexto da hegemonia do capital ocorre também a globalização contra-hegêmonica. Essa exploração econômica geradora de riqueza nas mãos de poucos combina-se com formas de opressão que ampliam ainda mais o potencial de exploração. De modo que se gera na sociedade, além de setores explorados, incluídos no processo de produção capitalista, setores oprimidos, que podem ou não estar inseridos nesse processo. A conformação do modelo de funcionamento dos mecanismos sociais de inclusão e de exclusão foi denominada, a partir da própria produção teórica liberal do final do século XVIII, de contrato social. Santos (1999), considera que o contrato social vem sendo ampliado, setores subalternos tais como as mulheres, as minorias étnicas, pessoas com necessidades especiais e pessoas com distintas orientações sexuais vão, por meio de lutas e concessões, ampliando seus direitos. A própria estruturação do contrato social acontece no conflito entre as forças denominadas por Boaventura de Sousa Santos de emancipatórias e regulatórias. As forças emancipatórias são aquelas que atuam no sentido da ampliação e extensão do contrato social, enquanto que as forças regulatórias atuam no sentido da manutenção dos limites de tal contrato e a permanência das estruturas de exploração e de opressão.

O conceito de emancipação incorpora a possibilidade de transformação social, mas como possibilidade, ou seja, não como determi-

nismo histórico. A emancipação é, dessa forma, uma das forças que age na realidade, na tensão com a regulação, buscando ampliá-la. Está vinculado à ideia de dignidade humana, não estabelecendo uma forma ou uma direção específica na conquista de tal condição. Por outro lado, a disputa pela hegemonia acontece no senso comum, hoje impregnado da visão de mundo dominante, e que pode, e deve, ser tensionado pelo pensamento emancipatório e sua visão de mundo, que se vão criando na construção de alternativas e experiências localizadas.

4. Emancipação e práticas de extensão: em busca de novas manifestações.

Diante dessas contribuições sobre a emancipação, resta a Universidade, em especial, o campo da Extensão, a construção de uma prática que possibilite aos estudantes e os sujeitos sociais a vivência da autonomia, a participação na tomada de decisões e a produção de um trabalho coletivo, numa atitude ousada de enfrentamento da hegemonia das forças de regulação (Santos, 2003). O desafio que se apresenta é compreender e desvelar as relações sociais presentes no âmbito local e formar sujeitos aptos à disputa pela hegemonia com as classes dominantes.

O desafio é ainda maior quando reconhecemos de modo recorrente a compreensão de que a extensão é compreendida como a possibilidade única da universidade interagir com a população, dos alunos terem contato com o mundo fora da universidade. Contudo, essa direção não a qualifica, ou seja, como nos articulamos com o mundo fora da universidade? Significa que a universidade sai e leva o conhecimento produzido dentro dela à comunidade? Significa de que saímos da universidade e de forma autoritária nos apresentamos? Significa que não existe o reconhecimento de que é possível também aprender com a comunidade?

Concorre para o agravamento da relação com a comunidade, o fato de que a extensão é, muitas das vezes, vista como atividade secundária entre as funções da universidade, paradoxalmente mais flexível e livre em suas proposições e menos rigorosa sobre a conduta ética no encaminhamento da relação com a comunidade. A extensão menos institucionalizada está menos condicionada a condutas éticas sobre como a universidade por meio de projetos pontuais, unipessoais, se compromete com a comunidade que a cerca. Entramos e saímos, muitas das vezes, sem pedir licença e sem despedidas, encerramentos, finalizações e devoluções sobre o trabalho desenvolvido.

Esta é uma linha de pensamento que reforça a concepção autoritária do fazer acadêmico. Queremos ressaltar que a expressão via de mão única não aparece explicitada de forma precisa nos discursos, contudo, sem valorização, reconhecimento e sem financiamento, a extensão no âmbito das universidades ainda carece de um aprofundamento conceitual, o que a leva a ambigüidades, pouca clareza sobre as formas de se relacionar com esse “lado de fora” da universidade.

Esperançosamente, aguardo que a extensão, aprofunde ainda mais os conceitos que fazem parte de suas diretrizes e, a partir de seus projetos, tematize de uma maneira clara as questões locais, a preocupação com o outro, não só pela formação crítica dos estudantes, mas pelo entendimento de que universidade ao se aproximar da sociedade amplia a troca de saberes e as possibilidades de emancipação dos grupos excluídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T.. Educação e emancipação. São Paulo - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FRANZ, Walter. Concepções de Universidade e de Extensão Universitária. In: FÓRUM DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA ACAFE, 6., 2005, Chapecó. Anais 2005. Argos Editora Universitária.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2001

SANTOS, B. S. A transição paradigmática: da regulação à emancipação. Oficina do CES, Coimbra-Portugal, n. 25, 1995.

_____. Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento, 2002

_____. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 9ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

WEBER, Max. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1983

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2003.

CÁTEDRA PAULO FREIRE: reconhecimento institucional, preservação da memória e espaço de produção e socialização da Pedagogia Paulo Freire

Eliete Santiago¹ Resumo

O texto apresenta a Cátedra Paulo Freire da UFPE como reconhecimento institucional, preservação da memória e espaço de produção e socialização do conhecimento no âmbito da universidade e dos movimentos sociais. Tece as razões para a sua criação e apresenta as grandes linhas de organização e funcionamento.

Introdução

Uma Cátedra pode ser compreendida como um espaço criado e dinamizado com a finalidade de construção e socialização do conhecimento e, ao mesmo tempo, se constituir em uma homenagem. A Cátedra é uma distinção; um reconhecimento público, coletivo e institucional a alguém que prestou relevante contribuição social e que se espera, através dela e com ela, que seja disseminada idéias e práticas que contribuam para a preservação da memória ativa.

No caso da Cátedra Paulo Freire na Universidade Federal de Pernambuco, a sua criação representa o reconhecimento da comunidade acadêmica a relevante contribuição social prestada pelo Professor Paulo Freire à humanidade, a partir da Educação, e ao mesmo tempo uma homenagem a um professor da Universidade, reconhecido como *educador do mundo*.

Recife é a cidade que Paulo Freire nasceu, viveu, conviveu e projetou-se para o mundo. A partir deste lugar foi se tornando professor e esboçando a sua condição de cidadão do mundo. Iniciou a construção dos pilares teórico-metodológicos do que hoje denominamos de Pedagogia Freireana ou Pensamento Freireano.

A Universidade é um locus privilegiado da construção e socialização do conhecimento e a Universidade Federal de Pernambuco foi o espaço acadêmico, político e profissional de vivência de Paulo Freire. Portanto, homenageá-lo criando um espaço que possibilite de forma organizada, sistemática, crítica e criativa a circulação das suas idéias e práticas; mobilizar pessoas, instituições e entidades; coordenar estudos e discussões; socializar invenções e intervenções sócio-políti-

¹ Coordenadora da Cátedra Paulo Freire. Centro de Educação, UFPE. Endereço eletrônico: mesantiago@uol.com.br

PAULO FREIRE VIDA E OBRA: razão de ser da Cátedra na Universidade Federal de Pernambuco

co-educativas é contemplar a população em geral, e universitária em particular, com o conhecimento de uma pedagogia crítica revolucionária e o testemunho de uma vida dedicada a formação e a vivência de uma ética humanizadora.

A Cátedra Paulo Freire na UFPE inscreve-se, assim, como compromisso político-acadêmico de perenizar a contribuição de Paulo Freire para o pensamento pedagógico brasileiro.

Na UFPE, o Centro de Educação é o espaço físico, acadêmico e administrativo que acolhe a Cátedra Paulo Freire dada a aproximação entre a sua natureza e a do CE que, apesar da sua multifuncionalidade, tem na educação a sua essência.

PAULO REGLUS NEVES FREIRE, pedagogo, recifense, cidadão do mundo.

Nasceu no Recife, em 19 de setembro de 1921. Filho de Joaquim Temístocles Freire e Edeltrudes Neves Freire, despediu-se do planeta terra no dia 02 de maio de 1997, em São Paulo, deixando um legado espiritual e acadêmico como herança pública, política e social, cuja responsabilidade de cuidar, distribuindo-o criticamente e ampliando seus raios de uso e inovação, é individual e institucional.

A experiência profissional de Freire foi construída em diferentes espaços e níveis educacionais no âmbito escolar e do movimento social a partir do Colégio Osvaldo Cruz, estendendo-se pelo SESI, Instituto Capibaribe do Recife, pela Escola de Serviço Social, Escola de Belas Artes, Serviço de Extensão Cultural do Recife da Universidade do Recife, atualmente, Universidade Federal de Pernambuco, espalhando-se pelo mundo nas mais diversas formas de colaboração. Destaque cabe ao Serviço de Extensão Cultural (SEC), criado por Paulo Freire no início dos anos 60 do século passado, para intercambiar com a sociedade.

Na verdade o SEC foi um dos espaços que funcionou como um laboratório de vivências na construção e experimentação do sistema Paulo Freire.

Foi ele um dos maiores educadores do Brasil e uma das maiores autoridades mundiais em educação. Criador de um sistema de alfabetização revolucionário para adultos, influenciou professores(as) de todo o mundo, obtendo reconhecimento universal do seu trabalho. Foi Secretário de Educação da Cidade de São Paulo entre 1989 a 1991 quando oportunizou e vivenciou uma releitura da Pedagogia do Oprimido no exercício da atividade de gestão. Como professor recebeu diversos títulos de Doutor *Honoris Causa* de Universidades do mundo inteiro e escreveu dezenas de livros, entre eles destacamos: Pedagogia do Oprimido (difundido em diversos idiomas no mundo inteiro), Educação como Prática da Liberdade, Ação Cultural para a Liberdade, Cartas à Guiné Bissau, Extensão ou Comunicação?, cujas idéias estão na base dos seu pensar. Há aqueles mais recentes, pós exílio, como Educação na Cidade, A Sombra desta Mangueira, Cartas

à Cristina, etc., além dos livros diálogos e os capítulos de livros, sem esquecer que existe uma vasta produção em forma de livros, estudos e pesquisas sobre sua obra.

Os escritos de Paulo Freire são testemunhos do profundo respeito por aqueles e aquelas com quem conviveu, a quem ensinou e de quem aprendeu. Não somente porque os escutou e as escutou, mas porque considerou os seus saberes e linguagens. Respeito e solidariedade por homens e mulheres *letrados(as) alfabetizados (as); letrados (os) analfabetos(as); alfabetizando(as)* - são referências nos seus textos e contextos numa demonstração do valor atribuído ao saber popular.

Observando, ouvindo, indagando, fazendo, refletindo, numa atitude de vigília, Paulo Freire - cidadão do mundo e personalidade do século XX - foi com a vida e a lida, com a existência cantada e falada pelos homens e mulheres, construindo um pensamento e uma prática político-educativa comprometidos com a humanização dos sujeitos e com a transformação da sociedade.

Um pensamento e uma prática cuja finalidade maior é o processo de conhecimento - conscientização - intervenção na realidade do e pelo sujeito.

Essa pedagogia, que toma homens e mulheres como sujeito do conhecimento e da história, que se preocupa com a leitura da palavra antecedida pela leitura do mundo, mal começava a ser construída no Brasil, no final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta. Essa epistemologia política mal começava a ser esboçada e já incomodava o poder que nos anos 60-70 se apossava da direção política do País. Esse pensamento e prática, essa pedagogia da humanização foi interrompida no Brasil, pois ameaçava o poder político e econômico constituído que arrancavam do homem e da mulher brasileira a sua condição de protagonistas das suas próprias vidas - vivências - e História.

A pedagogia que reconhecia a *natureza de ser mais do homem e da mulher* e por reconhecer respondia com processos de produção do conhecimento e não com processos de transferência *daquele e daquela que sabe mais para o aquele e aquela que sabe menos ou que parece não saber*, foi interrompida, mas não anulada.

A acerbção do poder, o golpe de estado interrompeu o olhar e a experiência no chão brasileiro, mas não o sonho coletivo também sonhado por Freire que, apesar das adversidades, continuou a sonhar o sonho, deu continuidade ao trabalho, permaneceu na luta e na construção da pedagogia do saber fora do Brasil, mas sem se distanciar dele.

A necessidade de continuar vivo e em família, levou Paulo Freire, mesmo a contragosto, a vários *contextos de empréstimos*, onde nem se desligava do Brasil e nem a ele ficava colado, mas, perto e distanciado ao mesmo tempo, deu continuidade às reflexões e práticas

Linhas básicas do funcionamento da Cátedra Paulo Freire na UFPE

pelos países solidários. A passagem rápida pela Bolívia permitiu rumar para o Chile, os Estados Unidos da América do Norte, Suíça e a África para somente depois de 15 anos, em outro contexto de abertura política, retornar ao Brasil no início dos anos 80.

São Paulo, Pontifícia Universidade Católica–PUC/SP e Universidade de Campinas-UNICAMP, recebeu Paulo Freire no seu retorno ao Brasil. Esse mesmo Estado/cidade oportunizou-o (re)ensaiar a Pedagogia do Oprimido ou a pedagogia do saber, desta vez sob a sua própria direção na Secretaria de Educação do Município – gestão colegiada – de onde deu continuidade a contribuição e ao compromisso com a formação humana e intelectual de crianças, jovens e adultos desse país.

A ética da solidariedade, a responsabilidade política e o compromisso social com a humanização dos sujeitos, realizaram-se em Paulo Freire como práxis política e pedagógica mediada pela educação. Ética que tece a sua trajetória e que se objetiva como opção por uma educação libertadora.

É essa responsabilidade política e pedagógica como trabalho em Educação, que Paulo Freire sistematizou, acumulou e construiu como uma Pedagogia – *A Pedagogia do Oprimido, A Pedagogia da Esperança, A Pedagogia da Autonomia, A Pedagogia da Indignação* – que a UFPE dar continuidade através da criação de uma Cátedra.

A Cátedra Paulo Freire na UFPE tem como finalidade efetivar esse compromisso da Universidade com a divulgação do pensamento e da obra de Paulo Freire na construção de uma ética humanizadora como trato ao ensino, a pesquisa e a extensão.

A Cátedra Paulo Freire além de testemunho e reconhecimento da UFPE ao *Professor, Cidadão do Mundo, Andarilho da Utopia, Personalidade do século XX*, projeta-se como um espaço dinâmico e dialógico de produção e socialização do conhecimento buscando tecer o pensamento freireano como memória e como atualidade.

Três grandes linhas tecem o movimento da Cátedra: estudo biográfico, estudo da pedagogia e a preservação da memória que dão origem as atividades sistemáticas.

Propõe-se a formação de um acervo com o uso de diferentes linguagens; a oferta de cursos organizados de tal forma que possam ser creditados pela graduação e pela pós graduação; realização de seminários para relato de experiências sociais e comunitárias, o desenvolvimento de estudos e pesquisas em articulação com o Programa de Pós Graduação em Educação; o intercâmbio com outras instituições congêneres e entidades de classe e dos movimentos sociais

A Cátedra Paulo Freire no seu primeiro ano de atuação, além do intercâmbio da UFPE/Centro de Educação com o Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas e com a Cátedra Paulo Freire da PUC/SP, formou um GRUPO DE LEITURA que realiza encontros de leituras quinzenais.

RESENHAS

“Comunicação ou extensão?”¹ do prof. Paulo Freire

Prof. Xavier Uydenbroek²

“Se aquele que faz extensão não for capaz de crer no povo, nos trabalhadores, nos camponeses, de comungar com eles, será no seu trabalho, no melhor dos casos, um técnico frio. Provavelmente, um tecnicista; ou mesmo um bom reformista. Nunca, porém, um educador das e para as transformações radicais”. (P Freire: Ext/Com: 42)

Esta pequena mas significativa obra de Paulo Freire analisa o problema da comunicação entre técnicos agrícolas e camponeses envolvidos no processo de implantação da reforma agrária no Chile em 1965-67. Portanto, a preocupação principal do educador brasileiro refere-se ao papel do agrônomo como educador. O livro trata de uma investigação semântica sobre as duas palavras do seu título as quais oferecem diferentes opções pedagógicas. Extensão é descrita como uma forma de estender aos

camponeses, como recipientes passivos, o conhecimento e os métodos necessários a um programa de reforma agrária. Ao contrário de comunicação, projetos de extensão falham exatamente porque tratam as pessoas como meros objetos e por se recusarem a revelar-lhes o verdadeiro significado das relações homem-mundo.

Quando em 1960, Paulo Freire criou o Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife, que seria nossa futura UFPE, ele se deparou com o

¹ Livro do educador Paulo Freire, publicado em 1969 sob o título *Extensión ou Comunicación?* pelo Instituto de Capacitación e Investigación em Reforma Agrária, em Santiago de Chile.

² Professor belgo-brasileiro da UFPE e educador popular, no Brasil há 40 anos. Endereço eletrônico: uydenbroek@superig.com.br

termo extensão “numa relação significativa com *transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc.*

“Todos estes termos, diz Freire, envolviam ações que, transformando o homem e a mulher em quase “coisa”, o negavam como um ser de transformação do mundo. Além de negar a formação e a constituição do conhecimento autêntico. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações”. (idem: 13)

A extensão nesse sentido tinha um caráter de invasão cultural: “o invasor (o extensionista) atua, os invadidos (a população atendida) têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra; os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro.” (idem:27) Não há diálogo nesse modo de ser porque a invasão, a conquista ou a manipulação excluem o reconhecimento do outro como sujeito humano.

Será que as coisas amadureceram mais de 1960 para cá?

Hoje mais do que nunca, a lógica da produtividade ou da competitividade domina as relações sociais.

Os doutores da Academia daquela época já perguntavam para P Freire: “Como numa ação de extensão, ‘perder um tempo tão grande’, procurando adequar nossa ação às condições culturais dos campo-

neses? Como dialogar com os camponeses sobre uma técnica que não conhecem? Como dialogar sobre assuntos técnicos? (idem: 29)

Impõe-se atender à lógica do mercado e não perder tempo em escuta e atenção aos atores sociais.

Resultado: “as instituições faziam pacotes, transpondo ideologias passando por cima da inteligência dos atores sociais, diz P Freire.”

É um mundo hierarquizado onde um manda e o outro obedece. Cada um cumpre a sua função e a gestão do responsável responde pelo todo. A engenharia social nos orienta para que sejamos bons repassadores do que nos foi ensinado pelos docentes especialistas que pensam por nós. Pouco importa se há ou não problemas éticos. Os Programas estão montados, os procedimentos bem definidos e o papel de cada um e cada uma é encaminhar. E o diabo... faz a festa.

Isto é a pedagogia do opressor para a qual fomos adestrados.

Denuncia P Freire: “tempo perdido, sim, do ponto de vista humano, é o tempo em que os homens e as mulheres são ‘reificados’. Tempo perdido é o tempo que se usa em bla-bla-blá, ou em verbalismo, ou em palavreado, como também é perdido o tempo do puro ativismo, pois que ambos não são tempos da verdadeira práxis³.” (idem: 33)

Os cursos de formação na academia e as políticas públicas de Estado pouco têm priorizado a discussão dos difíceis caminhos da ação pedagógica voltada para a apuração do sentir, pensar e agir dos atores envolvidos nos problemas essenciais da cidade de forma a se construir coletivamente as novas soluções necessárias.

“A educação que não tente fazer esforço, e que, pelo contrário, insista na transmissão de comunicados⁴, na extensão de conteúdos técnicos, não pode esconder sua face desumanista..... Precisa-

³ Práxis na qual a ação e a reflexão, solidárias, se iluminam constante e mutuamente. Na qual a prática, implicando na teoria da qual não se separa, implica também uma postura de quem busca o saber, e não de quem passivamente o recebe. (Ext/ Com: 80)

⁴ “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção.” (Pedagogia da Autonomia: 21)

mos, de um ponto vista mais crítico e de uma visão mais histórica da América Latina como para o Terceiro Mundo em geral, que não somente a capacitação técnica, mas qualquer outra dimensão educativa popular tem que estar associada a este esforço através do qual os homens simples se decifram a si mesmo como homens, como pessoas proibidas de ser.” (idem: 64)

“O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade....Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E, é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem e a mulher podem realmente conhecer.” (idem: 16)

Educadores e educandos, doutores e povo só produzem um conhecimento válido quando a curiosidade de ambas as partes é estimulada para a construção do bem comum.

Desse modo, nos espaços de extensão, podemos aprender a ressignificar a dimensão do conhecimento. Ele será considerado tanto mais autêntico e válido quanto mais servirá a vida na sua integralidade, e sobretudo a vida do ser humano mais ameaçada.

Portanto só existem para o produtor de conhecimento duas opções:

- Ou vingam as ciências a serviço da exclusão dos outros que não nós, submetendo o saber e o trabalho humano a fontes de poder e de interesses situadas fora dos direitos essenciais da pessoa. As intenções e os usos do conhecimento serão transformados em interesse de posse ou em poder social.

- Ou vamos servir aos seres humanos e aí a pesquisa-extensão deverá se reconhecer mais em sua fragilidade e em sua provisoriade, sempre aberta ao diálogo. Caberá aos experts institucionais, aos pesquisadores populares recusar certezas irremovíveis e estabelecer diálogos de fertilidade e complexidade crescentes entre todos e as diferentes formas e alternativas de compreensão do que existe: saberes diferentes mas fundamentais.

Processa-se então uma articulação da EXTENSÃO como estratégia de construção de um compromisso institucional de cooperação e de sustentação do processo de mudança.

“Ninguém educa ninguém.

Ninguém se educa sozinho.

Todos educadores e educandos

nos educamos juntos em comunidade mediatizados pelo mundo no qual estamos inseridos.”
(Pedagogia do Oprimido: 39)

São os projetos de extensão onde cada um e cada uma se sente gente, se surpreende companheiro do outro porque está na mesma carência ou sofrendo conjuntamente a mesma situação cruel e desumana.

Nessas rodas de reflexão em projetos de extensão, o sujeito participante junto com os outros e outras resgata a dignidade que lhe foi roubada. Portanto ali nesses espaços cada pessoa vai refletir criticamente e se constituir sujeito. Ele e ela vão aprender a tomar posição diante das instituições existentes. Ali, se plasmam novas subjetividades. É o ponto de partida para a construção de novos saberes e novas práticas, tanto no campo dos serviços públicos, como da comunidade acadêmica e dos próprios movimentos sociais.

Ai se pode desabafar, brigar consigo mesmo, gritar sua indignação, ensaiar uma releitura original do mundo, ressignificar a sociedade a partir do seu pensamento, enfim eu diria, trilhar caminhos de aprendizagem para poder se empoderar da sua própria dignidade quase sempre silenciada.

“Assim aprendemos a pensar o tempo, a pensar a técnica, a pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o que das coi-

sas, o para que, o como, o em favor de que, de quem..” (Pedagogia da Indignação: 46)

A Extensão popular é um compromisso político, um compromisso com as classes populares, com a luta por condições de vida melhores para todos, pela cidadania e pelo controle social e um modo de participação dos professores, profissionais técnico administrativos, estudantes e atores da sociedade civil neste trabalho político. Ela busca trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular, fomentando formas coletivas de aprendizado e investigação de modo a promover o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento.

“Este compromisso com a humanização do homem, que implica uma responsabilidade histórica, não pode realizar-se através de palavrório, nem de nenhuma outra forma de fuga do mundo, da realidade concreta, onde se encontram os homens concretos. O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro”.

(Educação e Mudança: 9).

“Esta é a razão pela qual, para nós, já dizia P Freire ...em 1969, a ‘educação como prática da liberdade’ não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a ‘perpetuação dos valores de uma cultura dada’; não é o ‘esforço de adaptação do educando a seu meio’. ...mas é sobretudo e antes de tudo, uma situação verdadeiramente gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos, igualmente cognoscentes ”. (Com/Extensão:53).

Acreditamos que optar por esse tipo de extensão, denominada extensão popular, significa admitir a necessidade de se constituir uma nova prática social de Universidade, que priorize trabalhar a partir das demandas, interesses e saberes das classes populares.

“Na contramão da maioria das práticas de extensão universitária, a extensão popular propõe caminhar por um jeito diferente de conduzir o processo formativo, onde a percepção crítica, o protagonismo estudantil e a horizontalização das relações são eixos articuladores. Nesse sentido, a extensão pode passar a ser um

espaço privilegiado de articulação entre o ensino e a pesquisa, com a intencionalidade de contribuir para a promoção da vida humana”.(CBEU Dourados MS, 2009)

BIBLIOGRAFIA:

- CBNEU 4to Congresso Brasileiro de Extensão ANEPOP Articulação Nacional de Extensão Popular, Dourados MS, abril de 2009.
- FREIRE, Paulo Educação e Mudança 12ª edição Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo Extensão ou Comunicação? 8ª edição Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo Pedagogia do Oprimido 17ª edição Rio de Janeiro, Paz e Terra 1987.
- FREIRE, Paulo Pedagogia da Indignação São Paulo, Editora Unesp, 2000

Golpe na Alma¹

Dimas Brasileiro Veras² -
Outubro de 2009

“*Paramos no tempo porque nos conservamos os mesmos diante do nosso passado.*” (MARCIVS, 2008: 12). Eis as palavras de passagem que abrem e orientam toda narrativa do livro *Golpe na Alma* do crítico Marcivus Cortez. Tal como já ousara ensaiar um distinto filósofo de Frankfurt, o autor faz da memória a *arma-palavra* que nos convida a *escrever a história a contrapelo*. Narrar as memórias do Serviço de Extensão Cultural (SEC/UR) da antiga Universidade do Recife (atual UFPE) é lutar contra a produção do esquecimento operada pelo militares e suas fogueiras de livros e documentos erguidas em sagração das classes conservadoras do país.

Neste livro a atuação de Paulo Freire e de seus jovens colaboradores é relatada em toda sua simplicidade e coragem ao enfrentar e defender o papel social da universidade no Brasil dos anos 1960. Leitura que aquece as mãos com o calor daquela geração que ousava desafiar todos os *moinhos da alta cultura brasileira*. Por outro lado não deixa de ser uma experiência de gelar a espinha frente à frieza das elites conservadoras e seu gradual desarranjo da democracia na mão de seus *algozes*. Para estes a extensão universitária era vista como *serviços supérfluos, agência de analfabetos, ou antro de comunistas*. Expressões contraditórias cunhadas por importantes intelectuais da cidade em sua sanha contra emergência da extensão universitária na UR.

O SEC/UR é apreciado em todos os seus desdobramentos: a criação da Rádio Universitária; a revista de cultura Estudos Universitários (verdadeiro libelo contra uma concepção de cultura brasileira elitista, acrítica e reacionária); os cursos de formação para o público extra-universitário; e, sobretudo, as pesquisas e projetos em torno do Sistema Paulo Freire de Educação. Neste sentido poderia se afirmar que a educação popular e a cultura brasileira ocupam um ponto central no texto de Cortez, mostrando os anos em que o jovem Freire desenvolve a semente de sua pedagogia e como toda a sua equipe esteve envolvida na criação desta concepção libertária de educação. Paulo Freire aparece como orientador deste *círculo de cultura heterodoxo* no qual caminhavam docentes e discentes; esquerdistas e direitistas; jesuítas de batinas e leigos de botinas. O *Golpe na Alma* aparece tecido com o claro calor democrático daqueles anos: do primeiro círculo de cultura no Poço da Panela, ao Programa Nacional de Alfabetização e seus círculos de cultura nas cidades satélite de Brasília.

Em Marcivus a utopia da revolução educacional de uma geração se transforma em deleite de quem rememora ao folhear as páginas. O pessimismo de já saber o final da história se transforma em esperança de recompor esta a partir do presente. Tudo vira imaginação, transgressão a partir do que poderia ter sido. O sabor da textura-geradora de Cortez se assemelha

¹ Livro do escritor Marcivus Cortez, publicado pela Pé de Chinelo Editorial, São Paulo: 2008.

² Historiador e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Endereço eletrônico: dimasveras@hotmail.com

à *palavra geradora* do Sistema Educacional que descreve, deleite da imagem e da fala que em certo momento Paulo Freire opôs as cartilhas sectárias.

O *Golpe na Alma* é uma pequenina caixa preta de surpresas de onde emergem crônicas sobre as coisas miúdas que povoam o cotidiano da juventude brasileira nas vésperas da ditadura militar no Brasil. Cortez não deixa de fora a alegria dos momentos festivos, descrevendo as festas que normalmente aconteciam na casa do crítico Luiz Costa Lima, editor da Estudos Universitários naqueles anos. Tertúlias regadas a ritmo de cuba-livre, bossa nova e muita paquera. A estas se acrescentam as reminiscências do intenso prazer vivido pelo grupo no Rio de Janeiro. O encontro com um importante cineasta do Cinema Novo, seu debate caloroso com Jomard Muniz Britto e a delícia de dançar no final da noite o samba estilizado de um carioca hoje bem famoso. A ação educacional e política aparecem em equilíbrio com a efervescência artística e cultural da época, a luta pelos direitos fundamentais da cidadania é humanamente narrada no contrapeso das boemias letradas, tudo isso sem se esquivar do horror dos anos de ditadura militar e suas conseqüências: prisões, exílios, tortura e morte. O *Golpe na Alma* tem este traço de obra em dobras (saudações a Uchoa Leite) de alegria, dor, amor, esperança, carinho e respeito.

Cada crônica uma dobra e em meio a elas, também os relatos

de antigos membros do SEC/UR: Almeri Bezerra, Arthur Carvalho, Jomard Muniz, Juracy Andrade, Luiz Costa Lima e Roberto Cavalcanti. Sem dúvidas um dos momentos mais altos do livro é quando findados os anos de ditadura militar, o já adulto Marcius encontra o antigo presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Recife: Marcos Maciel. O resultado desse encontro não poderia deixar de ser hilário. Não se trata apenas de um livro de memórias para alguns iniciados, seu manuseio parece atrativo para pesquisadores sobre a efervescência vivida nos anos 1960, mas também é receita poderosa para leituras silenciosas ou sediciosas na solidão da casa ou no burburinho das ruas das cidades deste imenso Brasil afora.

Resenha em forma de torpedo jomardiano ou o modernismo que não datou.¹

Marcus Cortez²

77

Estudos Universitários

Texto-tirombaço: bem no peito da maior tendência nacional – o fácil simplesmente.

“do modernismo à bossa nova” de Jomard Muniz de Brito, reeditado em 2009, destrincha a reinvenção do país, também chamada de modernismo. Nós avançamos ou vor-tâ-mo pra trás? O cheiro do ralo impera na cur-tu-ra nacioná? Ou os senhores das comunicações/distribuições/editorações e os juízes fisiológicos enrabaram a contra-maré? Na paisagem, vigora o cala-te boca para os que não são bocas-de-siri enquanto os conyventes queimam gasolina azul. Diante do nosso nariz, deserto global – uma grande Sibéria que brota das geleiras dos quase dois milhões de analfabetos paulistas.*(São Paulo é fogo!)*

¹ Resenha do livro “Do Modernismo à Bossa Nova” de Jomard Muniz de Brito, republicado em 2009 pelo Atelier Editorial

² Esta resenha foi escrita por Marcus Cortez, durante a VII Bienal Internacional do Livro, Recife, PE. Endereço eletrônico: marciuscortez@hotmail.com

Ler e reler esse livro te reorienta, meu rapaz, minha moça. Homem brasileiro, cultura nacional, realidade brasileira - os aspectos que isso tinha ontem, as ilações que isso tem hoje. Eterno retorno de outrem. Brasil, brasas, brasilírico.

Historicidade com inversão térmica. No horizonte do barquinho e do céu anil, as galáxias haroldianas confirmam que é a noite banal (ou seria a arte enlatada) o que nos assola.

92% dos brasileiros nunca foram num museu. 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança. Só 13% vão ao cinema, uma vez por ano. E solamente 17% compram livros.

Leituras em abismo. Em cena, coitados, os palhaços da burguesia negam que são os palhaços da burguesia.

Today, a nossa grande e única fonte de cultura é o que se vê na TV. Durma com esse oceano de rosas. Por isso, haja mar, muito suco de cajá e uma fotona bem grandona do parangolé de Hélio Oiticica.

Informações Gráficas

Formato

21 x 30 cm

Tipografia

Libre Sans Serif SSI

Libre Serif SSI

Frutiger 57Cn

Papel

Miolo: reciclato 90 - gm²

Lâmina: reciclato 120 - gm²

Capa: triplex 250 - gm²